



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 143

CURITIBA, terça-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 143

130ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Leis 08

Pequeno Expediente:

Dep. Elio Rusch 10

Dep. Reni Pereira 12

Dep. Luiz Eduardo Cheida 14

Dep. Douglas Fabrício 14

Dep. Teruo Kato 16

Dep. Professor Luizão 16

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 17

Horário das Lideranças:

Liderança do Partido Democratas

Dep. Elio Rusch 11

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 13

Liderança do PPS

Dep. Douglas Fabrício 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 20

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 23

Discussão/Votação

2ª Discussão (PEC) 23

3ª Discussão 24

2ª Discussão 24

1ª Discussão 24

Requerimentos 37

Encerramento da Sessão 37

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 37

Diretoria Geral

Portarias 38

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação 39

DIÁRIO Nº 143

130ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 130ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

06 DE NOVEMBRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori,

Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli e Geraldo Cartário (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Francisco Bühner e Mamede (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, em 06 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estou filiado ao Partido da República - PR, e passo a fazer parte da referida Bancada com assento nesta Casa de Leis.

Sem mais para o momento, agradeço a atenção dispensada.

(a) CARLOS SIMÕES

Indicações

INDICAÇÃO Nº 351/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Educação que adote nas escolas públicas estaduais Quadro-Negro Móvel, invenção do professor de Paranavaí Sr. Joel Aparecido Rodrigues da Fonseca.

Sr. Governador, Sr. Secretário da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Sr. Governador do Estado e ao

Secretário da Educação a implantação, nas escolas públicas estaduais, do chamado “quadro-negro móvel”, invenção notável do Sr. Joel Aparecido Rodrigues da Fonseca, por motivos que especifica abaixo.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Inventado por um professor de Paranavaí, o quadro-negro móvel consiste em artefato, ao qual se acopla um quadro-negro, que possibilita a regulagem da altura, seja para baixo, seja para cima, do quadro onde o professor escreve o que facilita sobremaneira a atividade dos docentes que dele se utilizam a reduzir, de modo significativo, a possibilidade de lesões por esforços repetitivos.

A novidade já foi testada em duas escolas municipais de Paranavaí e em uma de Terra Rica, e foi aprovado com louvor pelos professores que o utilizaram. O quadro é preso a uma estrutura de metal com um motor elétrico, que possibilita ao professor levantá-lo ou abaixá-lo por meio de um simples toque num controle remoto. Há também um apagador preso por corrente a um cabo de metal que possibilita sua movimentação por todo o quadro, além de reforço especial também de metal no aparador de pó e giz.

Por fim, cumpre destacar que o quadro tem linhas horizontais e verticais que facilitam ao professor a escrita, e sua estrutura pode servir de base para materiais para escrita tanto à giz como à caneta.

A praticidade dessa invenção, bem como sua comprovada utilidade e benefícios, recomendam a sua implantação, doravante, em todas as escolas paranaenses, por ser medida que resultará em maior qualidade de vida dos professores e economia aos cofres públicos.

INDICAÇÃO Nº 352/07

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública reforços para o patrulhamento com motos em bairros maringenses.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo reforço no patrulhamento com motos em bairros de Maringá, especificamente na zona 2.

Cabe salientar que têm sido freqüentes assaltos a mão armada, durante o dia, por motoqueiros, quando funcionários das casas saem para colocar o lixo nas áreas de passeio público.

A população está alarmada e sentindo falta da presença dos responsáveis pela segurança pública, haja vista que o patrulhamento é feito por viaturas somente nas avenidas principais, as vias mas afastadas estão sofrendo com a ação dos marginais, sempre atuando com motocicletas.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 353/07

SÚMULA:

Propõe reforma de salas de aula no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva de Cascavel.

Exmo.Sr. Maurício Requião de Mello e Silva Secretário de Estado da Educação do Paraná:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1 - Reforma das salas de aula do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva no município de Cascavel - R. José Caldart, 1181 - Jardim Maria Luiza - CEP 85819-570.

2 - A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos. Conforme Ofício 23/07, encaminhado pelo Vereador de Cascavel Aderbal Mello (PT), consta que o referido Colégio está em precário estado de conservação. São frequentes as reclamações feitas por diretores, professores, alunos e pais. A estrutura física das salas de aula está com sérios problemas, colocando os alunos em situação de risco, já que algumas salas estão com as paredes e o teto muito danificados.

O estado crítico das salas de aula prejudica as atividades escolares e o aprendizado dos alunos. Solicito à Secretaria de Estado da Educação esforços para que haja uma reforma geral no Colégio, tão importante para a comunidade.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 354/07

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná que determine a assinatura de Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica e SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná que determine a assinatura de Termo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, concedendo redução de 60% (sessenta por cento) no custo de energia elétrica no período entre 21h00 e 06h00, aos suinocultores do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Os suinocultores paranaenses enfrentaram novas e graves crises ao longo dos últimos cinco anos. Depois de amargar perdas por um longo período, os preços do suíno vivo começaram a reagir com o crescimento das exportações e a valorização da carne suína no mercado internacional. Quando o produtor começou a recuperar parte de suas perdas vem o impasse de focos de febre aftosa e os preços voltaram a despencar no mercado interno. Essas oscilações nos preços impedem a total recuperação do setor que historicamente é prejudicado e tem dificuldades na comercialização por falta de uma política reguladora de preços.

Diante do exposto, vimos solicitar ao Exmo. Governador do Estado do Paraná, que determine a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica e SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, para que os benefícios constantes no Termo de Cooperação Técnica firmado com os avicultores do estado do Paraná, que concede redução de 60% (sessenta por cento) no custo de energia elétrica no período de 21h00 às 06h00, sejam estendidos aos suinocultores do estado do Paraná.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 688/07, item 06, por 01 (uma) sessão.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

REQUERIMENTO Nº 3272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 779/07, de minha autoria, que objetiva a concessão de título de Cidadania Honorária ao Dom Armando Círio.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 3273

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber apoio de seus Pares, tendo em vista a publicação da Lei nº 15669 de 31 de outubro de 2007, por meio da qual foi promulgada a concessão de Título de Cidadão Honorário ao Sr. Asshaías Felipe Essuane, REQUER seja realizada de Sessão Solene para entrega do título no município de Paranavaí, no dia 22 de novembro, às 22h00, no Teatro Municipal Dr. Altino Costa, na R. Guaporé, nº 2080, em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3275

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, para que seja inserido nos Anais desta Casa Legislativa, a homenagem que será prestada, pelo Movimento Pró-Paraná, com outorga do Troféu Guerreiro do Paraná, ao Sr. Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente da RPC/Gazeta do Povo e Presidente de Honra do Movimento Pró-Paraná, pelos relevantes serviços prestados ao estado do Paraná e ao Movimento Pró-Paraná, o evento será realizado no dia 12 de novembro de 2007 - às 12h00 no Castelo do Batel.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Pró-Paraná, ente de Integração e Relações Institucionais do Paraná, registrado no 4º ofício de pessoa jurídica sob o nº 3427 - livro A-1, em 18 de maio de 2001, com o CNPJ 04.719.788/0001-41, declarado de utilidade pública estadual pela Lei nº 13839, de 07 de novembro de 2002.

Esses são os motivos que levaram o Movimento Pró-Paraná, presidido pelo Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, atual Presidente e demais membros de sua diretoria, a conceder ao eminente jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho - Presidente da RPC/Gazeta do Povo, Presidente de Honra do Movimento Pró-Paraná, a entrega do troféu "Guerreiro do Paraná". "O homenageado representa uma das mais ilustres personalidades da comunidade paranaense que durante décadas trabalhou de forma altruísta, no sentido de impulsionar o progresso de nosso estado não somente como profissional, mas também como líder em causas paranaenses abrangendo os setores econômicos, culturais e sociais, também pelos serviços que prestou ao nosso querido estado e que continua prestando até os dias de hoje, e esperamos que não se esgotem suas energias e vontade de trabalhar por nosso povo e pelo engrandecimento do querido estado do Paraná"

REQUERIMENTO Nº 3282

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para comunicar que compareci, honrado em representar esta Casa de Leis, ao Congresso Brasileiro de Mandioca, que ocorreu de 23 a 26 de outubro de 2007 em Paranavaí. Em vista do fato de que nos dias 23, 24 e 25 tiveram sessões legislativas, REQUEIRO a V. Exa. seja comunicado à Seção de Atas a minha designação para representar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná durante esses dias.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 3265

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Antonio Mauro Rodrigues de Aguiar Filho, ocorrido na data de hoje, no município de Guaramirim-Santa Catarina.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em grave acidente de trânsito, faleceu em data de hoje, aos 20 anos de idade, o filho único do Deputado Estadual e médico Antonio Aguiar, Antonio Mauro Rodrigues de Aguiar Filho, que era estudante de medicina, o acidente aconteceu na manhã de hoje no município de Guaramirim, norte do estado de Santa Catarina.

Toninho, como era carinhosamente chamado, viajava em direção a Blumenau, onde estudava, quando bateu de frente em ônibus.

O passamento do jovem Antonio Mauro, deixou enorme lacuna difícil de ser preenchida, entre seus parentes e amigos, dentre os quais nos incluímos.

Rogamos ao Pai Celeste, que os pais do Toninho, Dona Marilu, e Dr. Antonio Aguiar encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento de tristeza e dor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se a dor que abalou a família Aguiar, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 3261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Loanda pela comemoração, no próximo dia 27 de novembro de 2007, do seu 52º aniversário de emancipação política e administrativa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Álvaro de Freitas Netto, Prefeito Municipal, Sr. Pascoal Pilotti bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Loanda.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Associando-nos às justas manifestações de júbilo da população de Loanda, na data comemorativa ao 52º aniversário da emancipação política e administrativa do município, transmitimos nossas melhores felicitações às autoridades e ao povo honesto e trabalhador.

A vida, como nos ensinou Jesus Cristo, é para ser cumprida com denoto, altivez, justiça e integridade. Aquele que voluntariamente se inscreve nos preceitos divinos, dificilmente resvala a indignidade. É isto que devemos perseguir.

Se espelhar em Deus é perseguir continuamente um rosário de condutas que dignificam a alma humana, perdoar, compreender, consolar, repartir, socializar, mas acima de tudo, renascer. O renascimento diário sobrepondo o iníquo, o desonesto, o mesquinho, a cobiça e a perfídia.

Os ensinamentos divinos, se cumpridos fielmente, sintetizam a maior expressão da afirmação da vida. A vida, sendo exercida dentro destes conceitos, ainda que eventualmente possa parecer improdutivo, engrandece o homem e contribui para que sejamos a reprodução da imagem divina.

As conquistas alcançadas pelo município em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com trabalho e dedicação que serão atingidos os objetivos propostos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em cumprimentar efusivamente toda a população de Loanda, pelo transcurso de seus 52 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Presidente Castelo Branco, pela passagem, no próximo dia 29 de novembro de 2007, do seu 42º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valdomiro Canegundes de Souza, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mário Stravati, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Presidente Castelo Branco.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Presidente Castelo Branco radiante de alegria irá comemorar, no próximo dia 29 de novembro a passagem de mais um aniversário de sua emancipação política. Assim sendo, queremos, com esta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra, colaboram para o desenvolvimento do município.

Na Prefeitura é que se deve trabalhar completamente independente, trabalhando visando apenas a eficiência. É preciso também, preservar a hierarquia e a disciplina, o rigor profissional e o respeito aos direitos humanos.

O Legislativo Municipal tem sido e deve continuar a ser o estuário natural das aspirações municipais e o foro

privilegiado dos debates, não somente dos grandes desafios, mas também, das reconhecidas carências do seu município. Portanto, mais do que nunca, é imperiosa uma agenda que crie um ambiente propício ao desenvolvimento, ao crescimento da renda, de empregos e redução dos precipícios sociais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às manifestações de júbilo de toda a população de Presidente Castelo Branco, pelo transcurso da significativa data comemorativa aos 42 anos de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3263

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Engenheiro Beltrão, pela comemoração, no próximo dia 26 de novembro, do seu 52º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Dal Pont, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Saul Antonio Saquet, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de Engenheiro Beltrão, com alegria irá comemorar a transcurso dos 52 anos de sua emancipação política, no próximo dia 26 de novembro de 2007.

A ocupação desta região, com fins de colonização e progresso regional, ocorreu no final da década de quarenta em ação desenvolvida pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.

Após ser escolhido o lugar da instalação do patrimônio inicial, que recebeu a denominação de Engenheiro Beltrão, puseram-se os técnicos a trabalhar nos fundamentos de povoação do núcleo. Dentre os pioneiros destacam-se Joaquim Viana Pereira, Manoel Andrade, João Xavier Padilha - o Coronel Padilha, dentre outros.

O programa urbanístico teve início em 1949, sendo imediatamente posto em prática, com a venda de lotes urbanos e rurais, o que atraiu muita gente à região, impulsionada pela ação eficaz da companhia povoadora.

A Lei Estadual nº 613, de 27 de janeiro de 1951, criou o distrito Administrativo e Judiciário de Engenheiro Beltrão, com território desmembrado do município de Peabiru. A instalação oficial ocorreu no dia 26 de novembro de 1955. O primeiro Prefeito Municipal eleito foi o Sr. Joaquim Antônio Bueno.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo de Engenheiro Beltrão, no transcurso de seus 52 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 3264

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Caiuá, pelo transcurso, no próximo dia 26 de novembro de 2007, do seu 53º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Cláudio Pauka, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. José Carlos da Silva Maia, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Toda a população de São João do Caiuá, orgulhosamente irá comemorar, no próximo dia 26 de novembro seu 53º aniversário de emancipação política.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de São João do Caiuá, é que o Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores continuam dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

A política é definida ora como ciência, ora como arte de governar. Não importa, entretanto, o sentido da palavra, mas sim a sua finalidade de promover o bem comum. O fundamental é que em qualquer campo, se busque o aprimoramento das relações humanas e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e feliz.

As conquistas alcançadas pelo município de São João do Caiuá, em parceria com o Governo Estadual dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá o engrandecimento do município e o bem estar do seu povo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral pelo transcurso do 53º aniversário da emancipação política de São João do Caiuá.

REQUERIMENTO Nº 3274

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de voto de louvor, congratulações e aplausos, ao Atleta Jihad Kohdr, praticante da modalidade de Surf, onde se consagrou, no Rio de Janeiro, com apenas 23 anos de idade o Bicampeão Brasileiro de Supersurf 2007.

Ao atleta Jihad Kohdr, meus votos de louvor, congratulações e aplausos pela sua conquista consecutiva,

feito que só ocorreu duas vezes na história do Circuito Brasileiro iniciado em 1987, do Bicampeonato Brasileiro Profissional de Supersurf 2007, e pela conquista por ser o mais novo atleta a integrar a Galeria dos Bicampeões Brasileiros da ABRASP, inaugurada em 1987.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 128 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 3276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de louvor e congratulações ao Centro Psiquiátrico Metropolitano - CPM.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Psiquiátrico Metropolitano, localizado nesta capital, na travessa João Prosdócimo, nº 139, no Alto da Glória, presta atendimento em saúde mental, em nível extra hospitalar, oferecendo tratamento para os transtornos psiquiátricos em geral, contando com um programa especial para pacientes com dependência de álcool e drogas e ainda como tratamento alternativo, possui oficina de trabalho com produtos artesanais, visando a inserção social e geração de renda.

Em caso em que há necessidade de internação hospitalar, mantém um canal de comunicação com a central de leitos/vagas coordenada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, o Centro de Psiquiatria Metropolitana está credenciado para a liberação de medicamentos de alto custo para pacientes diagnosticados como portadores de esquizofrenia refratária.

REQUERIMENTO Nº 3271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, Milton Riquelme de Macedo, sugerindo que o Ministério Público proceda investigação em relação ao cumprimento de horário e frequência dos médicos que atendem pelo Programa de Saúde da Família - PSF nos municípios do Paraná.

Tal solicitação justifica-se constantes reclamações dos usuários do sistema no município de Ponta Grossa, que se confirmadas, certamente se repetirão em todo o estado. Importante lembra, que o comportamento irregular de alguns profissionais macula a imagem de outros, que são dedicados ao exercício da profissão que elegeram.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3278

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Diretor-Superintendente do LACTEC - Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, Sr. Aldair Rizzi, para que promovam os estudo e diligências necessários para a implantação de uma unidade do LACTEC no Parque Tecnológico Regional Francisco Sciarra, situado no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 06.11.07.
(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 788/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Denomina a rodovia estadual PR-411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como “Rodovia Mário Marcondes Lobo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista a súbita perda do advogado Mário Marcondes Lobo, que faleceu aos 63 anos, em Curitiba. Profissional exemplar, casado com Sonia Regina Fatuche, pai dedicado de dois filhos, estabeleceu-se em Paranaguá, onde advogou com o denodo que somente os grandes juristas vocacionados possuem.

Foi também importante figura pública na cidade de Paranaguá, tendo sido Procurador do município, onde ocupou a função de Diretor-Jurídico, além de ter exercido o cargo de Secretário da Administração e Negócios Jurídicos, por diversos períodos.

Destaque também no cenário estadual, ocupou a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, a presidência da SERLOPAR a Coordenação da Força-Tarefa do Litoral e foi competente assessor especial do Governador, atuando em inúmeras causas de interesse do estado, sendo inclusive Coordenador dos Conselhos de Política Automotiva e do Setor Sucro-Alcooleiro.

Por todo esse histórico de serviços prestados ao Paraná, justa a homenagem proposta ao grande paranaense que foi Mário Marcondes Lobo, cuja memória poderá ser perpetuada com a denominação de um logradouro público ora proposta.

Vale ressaltar que foi aprovada a Indicação Legislativa de nº 413 de nossa autoria, sendo respondida pela Secretaria de Estado dos Transportes, com a sugestão da Rodovia a ser nominada.

PROJETO DE LEI Nº 789/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Desembargador José Augusto Gomes Aniceto, com o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

O Desembargador Aniceto, como é mais conhecido no meio jurídico, é nascido aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de um mil novecentos e quarenta e nove, na cidade de Ourinhos, estado de São Paulo, é filho de José Aniceto e Ana Gomes Aniceto.

Iniciou sua carreira de exemplar prestador de serviços ao povo do Paraná, quando gradou-se Aspirante a Oficial de Polícia Militar do Estado, pela Academia Policial Militar do Guatupê, classificado no COE (Corpo de Operações Especiais), tropa de elite da Polícia Militar paranaense, nos idos de 1971; tendo sido promovido, por merecimento, em 1976, a 1º Tenente.

Durante o período em que laborou na valorosa Polícia Militar do Paraná, destacou-se, dentre outros aspectos, pela forma como comandou o policiamento de Guaratuba, na Operação Praias de 1973. Serviu ainda, na Companhia de Policiamento de Choque, no Batalhão de Guardas e no Regimento Coronel Dulcídio, foi também instrutor da Academia Policial Militar do Guatupê.

No ano de 1976, foi elogiado individualmente, por sua participação no controle da rebelião ocorrida no Presídio do Ahú, de repercussão nacional, constam ainda, em seus assentamentos funcionais, inúmeros outros elogios, pela dedicação à causa pública e brilhantismo no cumprimento do dever.

No ano de 1975, graduou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Já em 1978 ingressou, por concurso público de provas e títulos, na Magistratura do Estado do Paraná, como Juiz Substituto. Sua atuação comunitária foi intensa, em toda as Comarcas onde jurisdicionou, por isso até hoje é lembrado em Engenheiro Beltrão, por exemplo, onde fundou a modelar Guarda Mirim, que até hoje cumpre importantíssimo papel na formação dos menores para o trabalho profissional.

Sua carreira de Magistrado tem sido exemplar, desde que iniciou como Juiz Substituto, onde laborou de 1978 a 1980, ao que foi promovido a Juiz de Entrância Inicial (1980 a 1988), tendo sido ainda Juiz de Direito de Entrância Intermediária (1988 a 1991) e Final de 1991 a 2002.

Ainda no ano de 2002, foi promovido a Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, sendo que em dezembro de 2004, tornou-se Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, onde até hoje se notabiliza pela competência e extremo senso de justiça, com que profere seus acórdãos.

PROJETO DE LEI Nº 790/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizada a construção de uma Usina Termelétrica, tendo como combustíveis serragens a apara de madeira, com capacidade de produção de 12,5 MW, no município de Agudos do Sul.

Art. 2º Esta construção da Usina Termelétrica fica condicionada à expedição de licenciamento do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, através da Licença Prévia - LP, na forma da lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal tem se preocupado com o problema da crise de energia elétrica que acontece no país, determinando aos setores competentes a realização de estudos para que sejam apresentadas soluções para esse grave problema.

São várias as conseqüências de uma crise neste setor. A queda de produção das indústrias, a diminuição da arrecadação dos impostos, afetando a união, os estados e os municípios, sem contar com o risco de desemprego.

As pequenas Usinas Termelétricas se apresentam como soluções eficientes e rápidas para a solução desta crise.

Atualmente o Brasil encontra-se em situação privilegiada no que se refere a suas fontes primárias de oferta de energia. Verifica-se que a maior parte da energia consumida no país é proveniente de fontes renováveis de energia (hidrelétrica, biomassa em forma de lenha e derivados da madeira, como serragem, carvão vegetal, derivados da cana-de-açúcar e outras mais).

Como o “apagão” tornou-se evidente e trouxe como conseqüência o racionamento de energia, começaram as discussões sobre a matriz energética brasileira.

A utilização de biomassa para produção de energia, tanto elétrica como em forma de vapor, em caldeiras ou fornos já é uma realidade no Brasil. O uso da madeira

para a geração de energia apresenta algumas vantagens quando relacionadas com combustíveis derivados do petróleo a seguir relacionadas:

- Baixo custo de aquisição;
- Não emite dióxido de enxofre;
- As cinzas podem ser utilizadas na correção química dos solos, ou destinadas para as fábricas de cimento;
- As cinzas são menos agressivas ao meio ambiente que as provenientes de combustíveis fósseis;
- Menor corrosão dos equipamentos (caldeiras, fornos, etc.);
- Menor risco ambiental;
- Recursos renováveis;
- No balanço final as emissões não contribuem para o efeito estufa;
- A queima dos resíduos de madeira evita a emissão de metano para a atmosfera, o qual é 21 vezes mais prejudicial que o carbono para o efeito estufa;

As fontes de energias alternativas responderão por 10% do consumo brasileiro em menos de uma década. A previsão é da coordenação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), do Ministério de Minas e Energia (MME). Atualmente, essas energias representam 3,5% da matriz de consumo elétrico nacional.

A KCC Geração de Energia Elétrica Ltda., tem sede na localidade do empreendimento à estrada Chico Prefeito Chico Freitas nº 4000 - Palmito de Cima - Agudos do Sul-PR, e foro administrativo à R. Paraíba, nº 3109 - bairro Guaíra - Curitiba/PR, e com CNPJ 07.787.038/0001-03 e Inscrição Municipal nº 07.01.501.091-02.

A KCC possui declaração da Prefeitura Municipal sobre a destinação do terreno onde será construída a Usina Termelétrica, de que nada existe em contrário quanto às leis de uso do solo no município de Agudos do Sul que possa impedir a construção da Usina. O terreno está inserido no plano diretor do município com destinação específica para Usina Termelétrica à biomassa.

A KCC possui ainda, a Licença Prévia do IAP - Instituto Ambiental do Paraná nº 15129, expedida em 29 de outubro de 2007.

A Usina em referência não causará impacto ambiental, pois aproveitará resíduos da indústria madeireira como combustível, evitando inclusive o lançamento destes detritos nos rios e riachos da região, o que causa contaminação das águas prejudicando a fauna. A utilização dos resíduos de madeira como combustíveis para a Usina evita que os mesmos sejam queimados a céu aberto colocando em risco as matas e as reservas florestais causando graves problemas e prejuízos para a economia e a biodiversidade. Além disso a Usina gerará em torno de 50 empregos diretos e mais de 200 indiretos.

A princípio, a região para a obtenção de biomassa para a Usina estará compreendida em um raio de 80 km.

A capacidade de geração da Usina será de 12,33 MW, apresentando-se como uma das soluções alternativas mais viáveis para a crise da energia elétrica.

A produção de energia elétrica através de Termoelétrica à biomassa, por estar eliminando resíduos de madeira que atualmente ficam expostos ao tempo, gerando metano ou gás carbônico quando queimados a céu aberto, colabora para a não emissão de gases efeito estufa. Desta forma amenizam o aquecimento global, pois estão gerando eletricidade a partir de resíduos que atualmente são indesejáveis ao meio ambiente. Assim sendo a Usina gerará créditos de carbono equivalente a 290.000 ton/ano cuja emissão para a atmosfera será evitada.

Para isso, contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 791/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É obrigatório a realização no estado do Paraná do exame de DNA para detecção do tumor de córtex adrenal, em todos os recém nascidos e bebês de até um ano de idade;

§ 1º o referido exame será realizado gratuitamente pelo estado;

§ 2º A coleta de material necessário ao exame deverá ser disponibilizada em todos os municípios do Paraná para facilitar o acesso de toda a população.

Art. 2º A obrigatoriedade de que trata o artigo anterior compreende as redes de saúde pública e privada.

Art. 3º O Governo do Estado do Paraná promoverá através da Secretaria Estadual de Saúde campanhas de esclarecimentos à população a respeito da doença e da importância do referido exame para sua prevenção e tratamento.

Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, em 06.11.07.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O tumor de córtex adrenal é um tipo de câncer raro em outros países e outros estados do Brasil, porém no estado do Paraná a ocorrência da doença é de 12 a 18 vezes maior, por isso se a mãe é paranaense, a chance da criança ter a doença é aproximadamente de 01 em 1500 nascimentos. Esse tipo de alteração pode ser herdado de um dos pais e quando diagnosticada precocemente e tratada adequadamente tem quase 100% de chances de cura.

O coordenador dessa pesquisa é o Dr. Donald C. Figueiredo que inclusive organizou uma campanha de esclarecimentos pelo comitê de Ética em Pesquisa em seres

humanos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná e Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba.

Diante da incidência maior no estado do Paraná, que segundo estudos pode decorrer da maior miscigenação da nossa população, se faz necessário a obrigatoriedade do teste e a gratuidade a toda a população afim de salvarmos inúmeras vidas, além de prevenir gastos públicos muito maiores com o tratamento quando a criança tem a infelicidade de desenvolver o tumor.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao eminente Deputado Democrata Elio Rusch.

Antes porém, Deputado Elio Rusch, peço vênua a V. Exa. para agradecer a presença dos Vereadores João Correia, João Coloniesi, Pedro Renato, Paulo Sérgio e João Ferrari, todos Vereadores da cidade de Iporã que estão, juntamente com a professora Margarete, acompanhando os 34 Vereadores-mirins das 10 escolas públicas e privadas da cidade de Iporã. Sejam bem-vindos a nossa Casa. É um privilégio recebê-lo aqui nesta tarde.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Para quem está acompanhando nos últimos dias a grande mídia nacional, seja através da televisão ou mesmo pelas reportagens feitas pelas revistas de grande circulação nacional, no dia de hoje e amanhã o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva deverá estar no vizinho país, a Bolívia. Por que falo isso? Falo que o país e o estado só se desenvolvem quando existe um projeto de desenvolvimento, um projeto estratégico para o país, e a sociedade acredita nos seus Governantes. Quando o Presidente da República incentiva a sociedade brasileira, os proprietários de veículos a transformarem os seus carros que são movidos a gasolina ou a álcool, para transformá-los em gás natural, é lógico que eles acreditam na palavra do Presidente da República. E o que estamos assistindo neste momento no nosso glorioso país que é o Brasil? Falta de gás! O Governo brasileiro - Luiz Inácio Lula da Silva incentivou a sociedade brasileira e o povo do Brasil a acreditar no seu projeto.

Aliás, não é um projeto dele, é um projeto do Governo passado. E se você tirar os projetos dos Governos passados, não vamos encontrar nem no estado do Paraná e nem no Brasil um projeto de desenvolvimento econômico do nosso país. E o que estamos assistindo hoje? Falta de gás! Se construiu o gasoduto e não se pensou no planejamento. Você incentivando o uso do gás, seja para as termoeletricas, seja para as indústrias, ou seja

para os automóveis. E, de repente, nós vivemos um apagão, um apagão do gás. Quem vamos culpar? Será que não poderíamos dizer: “Nunca se viu na história do Brasil a falta de gás.” Quer dizer, é uma frase dita pelo Presidente da República em relação a qualquer projeto que se desenvolva. Diga-se de passagem ainda mais quando é o projeto de governos passados.

O que é que vai acontecer com o nosso Brasil agora? Tínhamos a PETROBRAS, que era a maior companhia, na Bolívia, que explorava o petróleo bruto e também o gás. De repente, um governante movido pelo chavismo implantado hoje em diversos países da América - é importante que os alunos aqui presentes saibam disso - movido pelo chavismo, patrocinado por Fidel Castro, essa Esquerda maluca que se estabeleceu e que é nociva ao setor privado, atrapalha o desenvolvimento dos países que são ainda de terceiro mundo.

O que vai acontecer? O Presidente da República está na Bolívia tentando negociar. Negociar o quê? A Bolívia nos tomou a PETROBRAS. Se a PETROBRAS estava, pelos seus cálculos, o seu valor nominal US\$ 120 milhões. A Bolívia vai oferecer 60 milhões. O Presidente do Brasil: “Muito bem, eu aceito, claro.”

O Presidente da República está negociando. Mas, vai negociar o quê, lá na Bolívia? Outros investimentos. Pegar o dinheiro da sociedade do Brasil, quando falta dinheiro para segurança, quando falta dinheiro para a saúde, e vai implantar outros empreendimentos, na Bolívia. Depois que está sacramentado, vem o Presidente Evo Morales: “Não. Isso aqui vamos nacionalizar, você não tem mais direito.”

Ora, acho que tem que dar um basta. Temos que trazer as questões para o Paraná. Também no Governo passado, Deputado Luiz Accorsi, se implantou em Araucária, a UEG Araucária, a Termelétrica. Essa Termelétrica, como já disse, seria movida a gás. O atual Governador disse que era uma bomba, quando ele assumiu o Governo. Depois que ele assumiu, viu que ia pagar uma indenização de quase US\$ 900 milhões. Foi comprar da El Paso as suas ações e o povo do Paraná pagou R\$ 600 milhões, que devia para o estado. Essa Termelétrica, como diz, seria movida a gás.

O Presidente do Brasil, o Lula, vai para lá e pede, aqui para a sociedade do Brasil, através da PETROBRAS que tem o monopólio da distribuição. Deputado Romanelli, Líder do Governo nesta Assembléia, acredito que V. Exa. neste tema, o senhor vai dar razão para mim. O que o Governo Federal disse: “Em primeiro lugar o gás será usado para as termelétricas moverem as usinas, que por sua vez vão mover a indústria, a indústria por sua vez vai mover a mão-de-obra e vai gerar tributos, impostos.” É claro, o que o Lula está falando hoje, já praticamos no passado, aqui no Paraná. Já fizemos isso. Não no Governo passado do Requião. Em segundo lugar, o gás que vem da Bolívia, a PETROBRAS diz que tem que dar prioridade para a indústria e, só em terceiro lugar para os automóveis.

Segundo uma reportagem que li na revista Veja, nesse último final de semana, são 1.500.000 carros no Brasil que foram transformados em gás. O que esses taxistas vão fazer? A maioria são taxistas. Quem vai pagar o prejuízo? Eles acreditaram em alguém. Esse alguém não teve o seu planejamento. Então, a situação de vida neste país caracteriza a falta de um planejamento estratégico. Essa é a grande verdade. Aliás, essa é a visão estratégica que se teve no passado. Já disse uma vez aqui, Deputado Elton Welter, V. Exa. é da minha região, essa visão estratégica que se teve no passado quando se pensou em construir a Itaipu, em 1975, quando se fez a primeira ata da Itaipu e, naquela época, havia energia sobrando Brasil.

Aliás, pessoas que foram contra a construção da Itaipu, que fizeram piquete no oeste do Paraná, trancaram a BR-277, diziam que não precisava construir Itaipu, porque tinha energia sobrando. Hoje essas pessoas são Diretores da Itaipu Binacional. Vejam como mudam os tempos! Vejam como mudaram as coisas! Primeiro dizem: “Sou contra a construção da hidrelétrica”. E agora, de repente, quando assumem o Governo, dizem: “Não, quero ser Diretor dessa empresa.”

Olha, não pode existir dois pesos e duas medidas! E daí é para usar aquela velha frase que conhecemos: faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Esta frase pode ser aplicada a muitos homens públicos e a muitos políticos do nosso Brasil.

Passa a usar o horário da Liderança do Partido Democratas

Concedo um aparte ao Deputado Osmar Bertoldi.

O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Em primeiro lugar, parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado Elio Rusch, até porque ele é bem apropriado em um momento onde o mundo vive a busca de energias alternativas e o gás natural é muito menos poluente, do que a gasolina, do que o álcool e outros combustíveis.

Quando eu era Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, fui autor da lei que autorizava o serviço de táxi da capital a utilizar o gás natural. Milhares de taxistas, aqui e em outras cidades, porque vocês sabem que quando se faz uma lei em uma cidade como Curitiba, muitas outras cidades acabam indo atrás do mesmo tipo de legislação. Mas, no Paraná inteiro, milhares de taxistas mudaram a sua fonte de energia para o gás natural, crendo que ele seria mais barato e menos poluente. Hoje esses mesmos taxistas vivem um problema devido à falta de estratégia do Governo Federal, no sentido de ter uma política internacional que supra com as reais necessidades de gás natural que o Brasil precisa. E isso causa um efeito em cadeia com milhares de outras pessoas que estabelecem os seus negócios como oficinas que fazem adaptação para o gás natural, como pessoas comuns e,

diga-se de passagem, que o ex-Deputado Natálio Stica foi um dos pioneiros - que naquela época era Vereador - a mudar a sua caminhonete para o gás natural e até membros do PT estão sentindo hoje dificuldades que é abastecer o seu carro e poder, sim - aqueles que acreditaram e investiram o seu dinheiro - o Governo dar a resposta à sociedade, porque uma das funções do Governo Federal está na não falta de energia para o movimento da própria economia brasileira. Infelizmente a política de estratégia energética brasileira vai de mal a pior!

O SR. ELIO RUSH (Partido Democratas)

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

A estratégia com relação à política energética do país, pode ter certeza que tem um planejamento muito claro e muito definido. Estive ontem, inclusive, com o Diretor Geral da Itaipu Binacional, Jorge Samek, onde falava da preocupação do Presidente da demanda por energia elétrica no país, da capacidade da indústria instalada e que vai se instalar, de agosto do ano passado a agosto deste ano, que é de mais de 8% a mais de energia elétrica. Isso significa que o PIB do país crescerá acima de 5,5% neste ano. O PAC nacional fala em investimentos na usina de Mauá, fala em investimentos em todos os setores de infra-estrutura e, aliás, a Oposição tem falado do apagão aéreo, do apagão logístico, dos apagões enfim e, isso tudo é fruto do crescimento que o país vai ter de forma duradoura e sustentável e não vai ter apagão elétrico certamente, porque o sistema está todo integrado, tem uma programação grandiosa do ponto de vista de investimentos e o maior investimento do PAC é em usina hidrelétricas, o que vai possibilitar que o país possa crescer ano a ano com segurança e isso certamente vai fazer com que haja muito mais emprego, mais distribuição de renda e riqueza neste país.

Então, com o PAC há um planejamento muito claro para investir em infra-estrutura, o que dará garantia para os empregos e para a melhoria da renda deste país. Isso deve doer na Oposição, porque o país está indo bem, graças ao bom empenho da economia brasileira e à segurança e mão firme do Presidente Lula.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Elton Welter, o que nós queremos, não se trata de Oposição e nem de Situação, porque todos somos passageiros nos nossos cargos, mas o que permanece são as nossas ações e os nossos atos. Esses permanecem! Não somos aqueles do quanto pior, melhor. Não fizemos como o PT fez, porque o PT foi contra a CPMF, o PT foi contra tudo: “Fora FHC, fora FMI” E agora, de repente o PT chega no Governo e a CPMF não é mais 0,20%, mas é 0,38%, já não se usa mais a CPMF para a saúde e a saúde não está na UTI por falta de UTIs no Brasil, senão ela estaria. Quer dizer, tudo o que o PT pregava quando era Oposição, quando faz o Governo faz pior ainda! Quer

dizer, o PT condenava as viagens do Presidente da República quando ia para o exterior e a primeira atitude do Lula foi comprar o “aerolula”, foi comprar um avião - quem era contra as viagens, viaja mais do que ninguém.

Então, temos que tomar alguns cuidados nas nossas afirmações porque quando você é Oposição, um dia você será Situação e as tuas pregações como Oposição poderão ser lembradas quando você for Situação. O que nós queremos é infra-estrutura, sim, para o nosso Brasil! Agora, Deputado Elton Welter, não podemos aceitar que o Governo Federal incentive o uso do gás natural para os veículos automotores do nosso Brasil, pois usa-se o gás e não se planejou que se todo mundo usasse gás, iria faltar gás. Está faltando gás! E por que está faltando?

É culpa do Governo passado? Não! Vamos culpar, está bom! É o Fernando Henrique Cardoso, vamos trazer desde Café Filho, porque todo mundo é culpado! Só o atual Governo é o grande responsável pelo desenvolvimento que vivemos no nosso país!

Agora, não é possível e não podemos aceitar isso calados, de forma alguma, as coisas que acontecem no Brasil e no estado do Paraná em todas as suas atividades. Conheço bem Itaipu e sei como ela foi administrada e como está sendo administrada. O Samek é meu amigo, respeito-o como administrador e ele já confidenciou para mim que era contra a construção de Itaipu e hoje a preside. Inclusive, poderíamos citar aqui - o Deputado Dobrandino tem conversado comigo - onde é que a Itaipu está se metendo e que não precisava se meter. Que dizer, é um levantamento que tenho certeza que vai surgir agora na CPI das ONGs que está lá no Congresso Nacional.

Mas, finalizo minhas palavras dizendo que temos que acreditar no Brasil, sim! E todos os Governos, independentes de ser PT, PSDB, PMDB ou Democratas, têm que ser responsáveis com as suas ações e com as suas atitudes. Não dá para enganar o povo, porque o povo ainda acredita nos seus governantes!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na semana passada eu subi a esta tribuna e alertava a respeito das transferências que o DETRAN tem feito ao DER, e alertava ainda naquele momento, ainda em tese porque não havíamos recebido a resposta que posteriormente lhe foi entregue pelo Presidente da Comissão de Finanças, o Deputado Edson Strapasson, que explicava a respeito desses repasses. Pois bem, nesse ofício que o DETRAN endereçou ao Presidente desta Casa e ao Presidente da Comissão de Finanças, enfaticamente o DETRAN afirmou que já havia transferido 46 milhões, e o que ensejou esse meu questionamento foi a transferência de mais 3 milhões, 935 mil, o que totalizava 50 milhões no mês de maio deste ano.

Pois bem, o DETRAN relatou aqui que 90% da arrecadação daquele órgão de trânsito advém de taxas. E nós temos hoje na Ordem do Dia, no item 06, a transferência de mais 25 milhões. Seguindo nessa esteira nós chegaremos no final do ano, talvez em janeiro, ou até mesmo em dezembro, com uma nova mensagem transferindo aproximadamente 100 milhões para o DER. E aí, Sr. Presidente, Líder do Governo, Líder da Oposição, é que eu venho me manifestar dizendo da ilegalidade, inclusive peço que nós, se o Líder do Governo assim entender, já que o Governo tem ampla maioria, devemos sobrestar a votação desta transferência porque o STF tem julgado, e inclusive recentemente teve um julgamento em que analisou a desproporcionalidade entre o serviço prestado, ou posto à disposição com a quantia recolhida. E nós temos uma situação aqui no Paraná de excesso de arrecadação, isso porque as taxas que são 90% da arrecadação do DETRAN, só se justificam na segunda hipótese de cobrança de taxa, não é poder de polícia, mas é, na segunda hipótese, uma prestação de serviços, ou colocação desses à disposição do contribuinte. E o funcionamento do DETRAN é o permitido como órgão de trânsito, e em nenhum momento é permitida essa associação dessa autarquia para a construção de rodovia.

Nós temos, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. provavelmente também se pronunciará sobre isso, já uma mensagem nesta Casa prevendo o aumento quase à beira dos 30% das taxas do DETRAN. E essa mensagem que veio do Governo prevendo esse aumento das taxas diz claramente que o DETRAN tem celebrado parceria com o Governo do Estado, construindo estradas e recuperando estradas. Pois bem, o Código de Trânsito diz no seu artigo 22 qual a competência das entidades executivas de trânsito nos estado e no Distrito Federal. Em nenhum aspecto ele permite esse tipo de parceria com o Governo, E as taxas que o DETRAN do Paraná tem cobrado tem feito esse excesso de arrecadação em que mais da metade do que o órgão arrecada, a título de prestação de serviço, ou serviços colocados à disposição da população, tem sido reenviado para o Governo do Estado.

Então, o que estamos sugerindo ao Líder do Governo? E caso essa sugestão não seja aceita nós pretendemos, Sr. Presidente apelar aos órgãos competentes também na fiscalização da lei, ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público para que, não só essa mensagem não prospere nesta Casa enquanto não fizermos uma ampla discussão do que o DETRAN tem feito com as taxas, como também da legalidade dessas transferências.

Essas transferências têm feito com que o Governo do Estado, sem qualquer outro mecanismo de defesa da pessoa que precisa de uma carteira de habilitação ou renovação, tenha que pagar um preço excessivo, sabendo que não está pagando pela emissão da carteira, mas está pagando para a construção de uma rodovia.

Na hora da votação do item 06 queremos encaminhar contrariamente, ou pedir ao Líder do Governo que peça a suspensão por duas ou três Sessões. Este Parla-

mento não pode permitir, sem maior aprofundamento, querer aumentar taxa sem justificar. E impactará de modo direto em, toda a população paranaense que se socorre do DETRAN, que só tem uma autorização para funcionar, de acordo com o artigo 22 do Código de Trânsito. E lá elenca bem certinho quais são as funções dos DETRANs estaduais. E, nenhum momento, o DETRAN tem a possibilidade de arrecadar, através de taxas, e repassar essa arrecadação para outras autarquias fazerem construção de rodovias.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Concedo um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Reni, V. Exa. novamente demonstra a alta competência com que exerce seu cargo nesta Casa.

Fizemos aqui um levantamento dos aumentos que terão as taxas do DETRAN nesse projeto de lei que tramita nesta Casa.

Para que V. Exa. tenha uma idéia, uma taxa aqui aumenta 32%; outra 66%; outra 62%; uma outra taxa 230% e uma outra aumenta 210%.

Quero me somar ao seu pronunciamento, e alertar esta Casa, que nos próximos dias teremos um embate aqui. Ou vamos cuidar do interesse do povo paranaense, ou vamos deixar o DETRAN com mais dinheiro para estar transferindo para outros órgãos irregularmente, como V. Exa. está posicionando.

Muito obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSDB)

Muito obrigado pelo aparte.

Quero dizer também que o bloco acabou de fazer uma reunião. Cinco Deputados membros do bloco: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Ribas Carli Filho e eu reiteramos a posição do bloco de realmente ter uma postura de independência e de buscar aquilo que é interesse do povo paranaense.

Portanto, queremos discutir a destinação que o Governo do Estado está dando às taxas, porque é tão veementemente essa omissão que ele explicita na Mensagem nº 053, vou ler aqui o que ele diz no penúltimo parágrafo: “Vale ainda lembrar que a dinamização do sistema operacional do DETRAN-Paraná, a descentralização dos serviços e o desenvolvimento adequado de programas de qualidade e produtividade dos serviços prestados depende do reequipamento e da capacidade de investimentos da autarquia. A autarquia tem sido parceira do Governo do Estado na recuperação das estradas, que o estado já presenciou, visto que a grande maioria das obras é executada com recursos advindos de taxas e serviços prestados pelo DETRAN”.

Está demonstrada a ilegalidade e nós do bloco com a somatória, tenho certeza, de vários outros Deputados, independentes de partido, queremos discutir se esses

recursos estão sendo desviados da função principal para a construção de rodovias, como o próprio Governador assinou na mensagem. Se isso está ocorrendo, eles estão desviando a função do DETRAN. Isso é uma ilegalidade e, com certeza, não só o Ministério Público, como o próprio Tribunal de Contas, serão parceiros deste Poder para que possamos barrar essa ilegalidade, que não é de agora, mas já vem ocorrendo no estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobres Pares.

Antes de me pronunciar, gostaria de cumprimentar os Vereadores da cidade de Iporã que estão entre nós: João Toledo Coloniezi, João Ferrari, João Correa, Pedro Renato e Paulo Sérgio. Quero cumprimentar a Elaine, assessora da Vereadora Lourdes Narcizo; a professora Margarete e, principalmente, os 34 Vereadores mirins da 10ª e da 9ª Legislatura, pedindo a Deus que alguns de vocês, dentro de alguns anos, estejam aqui entre nós. Quero cumprimentar, também, o Secretário de Cultura e Turismo do município de Mamborê, Cezar Medeiros, que está acompanhado dos seus assessores Renato Correa e Vander de Oliveira, do nosso querido município de Mamborê.

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma proposição que faço, hoje, à nossa Secretaria de Ciência e Tecnologia, tentando mudar um pouco o disco dessa conversa de denúncias, cada vez mais vazias, contra o Governo do Paraná. Lembrando que o Governo trabalha muito bem, assim é que, no dia de hoje, na cidade de Londrina, se faz o 1º Encontro de Ciência e Tecnologia do Paraná. Lá estará a Secretária Lygia Pupatto e, também, o ex-Secretário e atual Diretor-Superintendente do LACTEC, Aldair Rizzi, para fazerem uma discussão sobre a questão de ciência e tecnologia no norte do Paraná, onde, naturalmente, todos se beneficiam.

Aproveitando esta ocasião, Srs. Deputados, Sr. Presidente, é que eu apresento um requerimento que gostaria da anuência de todos os Deputados, da aquiescência de todos, para que pudéssemos propor à Secretaria da Ciência e Tecnologia uma indicação para que uma unidade do LACTEC possa ser implantada no norte do Paraná. O LACTEC é um instituto de excelente trabalho, que tem uma afinidade com os tempos modernos mais do que qualquer outro órgão do Governo no que tange à tecnologia e à ciência.

O norte do Paraná se desenvolve a olhos vistos e já tem um ativo tecnológico grande. Não sei se os nobres

Deputados sabem, mas na cidade de Londrina e região, além do CEFET, IAPAR, EMBRAPA, da Universidade de Londrina, Filadélfia, da UNOPAR - Universidade do Norte do Paraná e da Universidade Metropolitana, a região conta com mais de 1.440 doutores e mestres na área de ciência e tecnologia.

O LACTEC daria um impulso, Deputado Romaneli, extraordinariamente grande à região, com uma unidade simples que fosse, mas com um empenho do nosso Governo do Paraná catalisaria muitas vezes o jovem, que às vezes trabalha atrás do balcão, sem oportunidade, alento e perspectiva - Vereador Douglas, o senhor sabe bem disso - dando a ele uma chance, uma possibilidade de alçar vôos maiores. Às vezes cérebros extraordinariamente competentes se escondem atrás de um balcão, de uma bomba de gasolina, atrás de um serviço, que se às vezes fosse estimulado, levado às conseqüências que sabemos que vão, voar nas asas de ciência e tecnologia, sem dúvida nenhuma teríamos e teremos uma condição, se Deus quiser, muito maior.

Peço os Deputados, para o bem da região norte do Paraná, que nos acompanhem nesse requerimento que fazemos à nossa Secretaria de Ciência e Tecnologia, para que possamos prever uma unidade do LACTEC na cidade de Londrina, em especial aqui no Parque Tecnológico Regional Francisco Sciarra, que se situa na cidade, mas que tem uma abrangência que pega os nossos queridos municípios de Iporã, Sertãozinho, Arapongas, Rolândia, Cambé e tantos outros que compõem ali uma região de praticamente um milhão de habitantes.

Era isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício. Depois teremos dos Deputados Teruo Kato e por fim o Professor Luizão, todos no Pequeno Expediente.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia, Sras e Srs. Deputados.

Uso a tribuna hoje para falar de um projeto que desenvolvemos em parceria com a UJS - União dos Jovens Socialistas e também com o PPS - Partido Popular Socialista.

Em abril deste ano começamos um curso - já divulguei aqui - que chamamos Curso de Extensão Jovem Líder Empreendedor. O objetivo desse curso foi promover, semana sim e semana não, palestras e seminários para jovens de Campo Mourão e também dos municípios da região, Goioerê, Farol, Mamborê, enfim, os municípios que perfazem a nossa região. Para a nossa alegria, muitos jovens participaram. Hoje podemos contar com a

presença de muitos deles, aqui, conosco na Assembléia, para poder assistir a esta Sessão Plenária.

Para que esse curso pudesse acontecer, tivemos a iniciativa - para que os jovens pudessem ter interesse nele - convidamos pessoas que voluntariamente, líderes da nossa região, do Paraná, pudessem ministrar esse seminário, levar aos jovens a informação e muitas das vezes a informação de que a política, que é a ciência do bem comum, pode ser bem feita se for feita para a melhoria da qualidade de vida de toda as pessoas.

Então, quero aproveitar, usando o tempo do Pequeno Expediente e também na sequência o tempo da Liderança do PPS, para fazer um agradecimento: agradecer muito, primeiramente, aos jovens que estão participando e que participaram e que hoje vieram para o encerramento. Nós trouxemos vários jovens, líderes na nossa região, para participar deste encerramento aqui na Assembléia Legislativa, para que eles conheçam o dia-a-dia da Assembléia, como é o trabalho dos Deputados, porque às vezes a comunidade e, principalmente, os jovens, ficam afastados da política e acabam às vezes tendo uma imagem de que a política não é boa. Mas a política é boa e quanto mais jovens e gente séria participarem da política, melhor vai ser para o futuro.

Por isso, quero agradecer aqui o professor Jacó Gimenez, que está entre nós e que foi um dos palestrantes, voluntariamente, deste curso, o Sr. Jacó, inclusive que nós, da Assembléia, por unanimidade, votamos dias atrás e aprovamos o título de Cidadão Honorário do Paraná; quero agradecer ao Carlos Rodrigues, ele que é instrutor de treinamento e que também participou desta capacitação aos jovens; ao Raoni de Assis Marques, ele que é Diretor de Cultura da UPE, que é a União Paranaense dos Estudantes, e que também nos brindou com o seu trabalho; o Carlos Soares, que é Diretor e ator de teatro, também nos ajudou no projeto; Jair Elias, que inclusive também está conosco, ele que é historiador e escritor e é membro do IHGP, que é o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; agradecer também ao professor José Tochatski, ele que é ex-Prefeito de Campo Mourão e também nos ajudou neste projeto e que faz parte da nossa equipe de assessoria em Campo Mourão e região; agradecer ao Beto Voidelo, que está conosco hoje aqui, é empresário em Campo Mourão.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

Agradecer também ao ex-Prefeito de Campo Mourão e ex-candidato a Governador do Paraná, Rubens Bueno, que também nos ajudou no desenvolvimento desse projeto.

Esse projeto, como eu disse, que várias pessoas ajudaram e que teve o objetivo principal de capacitação, de pegar e trabalhar a informação desde 28 de abril até hoje para que esses jovens possam ter um aprofundamento, um melhor conhecimento da política e do desenvolvimento regional.

Nós aprendemos, e eu participei muito tempo do trabalho no SEBRAE, que para fazer desenvolvimento regional a política é fundamental, mas que todos precisam ter um mínimo de conhecimento, de desenvolvimento, de crescimento.

Eu ouvi há pouco o Deputado Elton Welter falando que o país vai crescer este ano 5 pontos, o PIB, vai crescer mais de 5 pontos. É importante o país crescer 5 pontos? Claro que é importante, mas não podemos esquecer que a insegurança no Brasil cresce, talvez, muito mais que 5 pontos, e isto afeta o desenvolvimento do país.

Nós fizemos uma Audiência Pública semana passada e na próxima semana vou trazer as informações aqui, porque ainda não ficou pronto o relatório da Assembléia sobre o que foi dito lá naquela oportunidade pelas lideranças que participaram sobre a questão da segurança ou da insegurança.

Eu ouvi o Deputado Elton Welter falar que o Brasil está crescendo e é verdade e que deve, na minha opinião, deveria investir muito mais em cursos de capacitação para os jovens, não apenas o curso formal pela universidade e que, infelizmente, poucos jovens têm acesso, porque muitos não conseguem chegar ao vestibular, não conseguem passar e não conseguem dar sequência ao seu projeto de futuro, ao seu sonho, mas que o Governo invista - e aí vale para o Governo Estadual, vale para o Governo Federal - invista no jovem, no processo de capacitação para que ele possa ter, sim, a informação e a capacitação no processo de desenvolvimento, no processo de liderança.

Aprendi que o desenvolvimento deve ser investido no capital natural, que é para a pessoa preservar o meio ambiente, se preocupar muito com o meio ambiente, mas, para gerar desenvolvimento, tem que o Governo se preocupar muito em investimento. Mas, tem que investir no capital humano que é a essência do desenvolvimento. São os índices de educação, de qualidade de vida, de segurança. O PIB está aumentando, é bom, mas para investir no desenvolvimento do país precisa se preocupar com o capital humano, com o capital natural, com o capital empresarial, principalmente os pequenos empresários, ter acesso à capacitação que é um dos problemas sérios do desenvolvimento do país; capacitação empresarial; ter acesso a créditos que possam concorrer com mercados, exterior principalmente, e o desenvolvimento para a distribuição de renda, o capital humano, o capital empresarial, o capital social que é a formação de novas lideranças, para que aí, sim, tenhamos o desenvolvimento, para que o PIB cresça e que seja distribuído, que as pessoas tenham acesso ao desenvolvimento.

Então, esse curso que falamos de empreendedorismo, da criatividade, da capacidade de realização de metas, das pessoas terem objetivo, lutarem sonharem em ter um Brasil melhor, é isso acontece através da política. Esse curso, muitas dessas pessoas que nos ajudaram fizeram com que o sonho de jovens que aqui estão pudessem ser realizados.

Parece uma coisa simples, mas é com este gesto que queremos dar seqüência ao nosso mandato, mostrando que estamos aqui, sim, para fazer oposição ao Governo, para cobrar mais recursos para a nossa região, como foi o caso das escolas, das Santas Casas, que sempre tenho falado aqui. E ontem aproveitamos a bancada dos Deputados Federais que se reuniu aqui e fizemos uma cobrança da Estrada Boiadeira, que vem sendo pauta de discurso de Governos e na verdade não acontece na prática. E, também, as Santas Casas. Reiteramos a cobrança para que as Santas Casas de Goioerê, de Campo Mourão e todas as demais 18 Santas Casas que têm no Paraná sejam atendidas.

Enfim, Sr. Presidente, hoje estou feliz. Agradeço mais uma vez a presença de todas as pessoas que puderam, de uma forma ou de outra, ajudar para que esse curso pudesse ser realizado envolvendo vários municípios, vários jovens e várias pessoas que voluntariamente nos ajudaram a fazer a diferença na vida desses jovens. Que Deus abençoe vocês que estão participando desse curso e que nos ajude a divulgar não só em Campo Mourão e região, mas também para o Paraná e para o Brasil. Esperamos que os Governos Estadual e Federal invistam maciçamente na capacitação das pessoas. Quem faz a diferença são as próprias pessoas.

Era isso, Sr. Presidente, agradeço mais uma vez a nossa equipe que ajudou muito na realização do nosso trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar aqui também os jovens empreendedores participantes desse curso idealizado pelo Deputado Douglas Fabrício. E gostaria de parabenizar pela iniciativa e dizer que, recentemente, numa matéria da revista Veja, foi constatado que numa região do Rio Grande do Sul, do Vale dos Sinos, lá tínhamos indicadores de primeiro mundo, na questão da educação, qualidade de vida, do exercício da cidadania. E, depois de muito pesquisado, foi constatado que toda essa qualidade de vida naquela região se devia a um aspecto muito importante: o nível de empreendedorismo daquelas pessoas.

Então, veja que uma ação de sua iniciativa, com certeza poderá render grandes frutos para o nosso estado e até para o Brasil. Parabéns pela iniciativa.

Eu vim hoje a esta tribuna também motivado por uma matéria que saiu na Veja, de um economista mestre em desenvolvimento econômico com especialização em economia da educação, o Sr. Gustavo Yoski, onde ele

ficou indignado com o resultado de uma avaliação que é feita, a nível mundial, sobre a educação nos países. Dos 40 países avaliados, incluindo 30 países desenvolvidos mais 10 em desenvolvimento, o Brasil, infelizmente, em matemática ficou em 40º lugar, em leitura em 37º, portanto um resultado que não nos agrada e que nos deixa extremamente preocupados. Esse economista, justamente faz uma reflexão e um alerta: de que nós todos da sociedade, sejam ricos, sejam pobres, temos que nos preocupar em buscar alternativas para melhorar a educação, desde o ensino infantil e principalmente no ensino fundamental.

É dessa forma que venho aqui, hoje, dizer que desde que ingressei aqui na Assembléia tenho lutado pela educação, principalmente a educação fundamental, tenho defendido a educação em período integral, realizando seminários em diversas regiões do estado, como em Paranavaí, no final do mês estivemos em Londrina, cidade de nosso Deputado Cheida. Estamos tendo apoio do nosso Deputado Péricles, que é Presidente da Comissão de Educação, e nesse final de semana, na sexta-feira, dia 9, estaremos em Ponta Grossa realizando uma Audiência Pública também debatendo sobre a educação integral.

Temos recebido muitas informações de escolas de tempo integral desenvolvidas em vários municípios do estado com resultados altamente favoráveis, resultados que nos animam a continuar nessa luta, porque a educação em período integral é o início de um processo que vai possibilitar aos nossos alunos aprenderem mais.

Paralelamente a isso, não podemos esquecer que a educação só vai melhorar valorizando e melhorando os professores! A base da educação está justamente nas pessoas que lidam com a educação, portanto é um trabalho amplo, árduo, mas que, com certeza, com apoio dos nossos Deputados, da Comissão de Educação, com o apoio do Conselho Estadual de Educação, da ONDIME, da Secretaria Estadual de Educação, com certeza haveremos de avançar e fazer com que a nossa educação, no Paraná e no Brasil, possa melhorar.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso da tribuna mais porque ouvi o discurso do Exmo. Sr. Deputado Elio Rusch e aí, a meu ver, com todo respeito que tenho pelo Deputado, ele costuma fazer algumas provocações em relação ao Governo Lula, e não posso deixar de vir defender um Governo que está colocando o país no rumo do desenvolvimento sustentável. E engraçado que quando as coisas estão dando certo no Brasil, o Brasil está se desenvolvendo, as indústrias estão produzindo mais, o emprego está aumentando, aí

não é mérito do Governo Lula, aí é mérito do Governo Fernando Henrique, do Teorema de Pitágoras, dos filósofos, enfim, de Dom Pedro I. A verdade é a seguinte: o Governo Lula está no seu 5º ano e quando pegou o Governo a inflação estava subindo, o dólar estava batendo a casa dos R\$ 4, estava R\$ 3,80. O risco país 2 mil e 400 pontos, a gasolina estava no preço que está hoje. E cá entre nós, o barril de petróleo no mercado internacional estava menos de US\$ 40 e hoje custa US\$ 90. Esta é a importância da empresa pública, como a PETROBRAS, para poder equilibrar esses preços e hoje o brasileiro está podendo pagar um preço pela gasolina que ainda é possível andar de carro, quase o mesmo preço que estava há 5 anos atrás.

Nessa questão do gás, que o nobre Deputado levantou, na verdade, qual é o problema do gás? E o Governo Lula disse outro dia, com muita propriedade, se as pessoas instalaram o gás, fizeram a transformação em seus carros, é porque havia um incentivo do Governo. E o Governo tem que buscar alternativas para que essas pessoas não fiquem na mão. Mas o que aconteceu? Esse incentivo para que essas pessoas instalassem esse gás nos veículos é do Governo passado. Só que essa matriz energética do gás estava centralizada na importação do gás e não no desenvolvimento, na extração, na prospecção do gás próprio nosso, aqui no Brasil. Não estava se pensando em tirar o gás nosso, aqui. Claro que para se ter uma produção na medida que precisa, se demora uns 8, 10 anos. Não é uma coisa de um momento para o outro. Quando se baseou o incentivo na utilização do gás na importação, provavelmente estava se imaginando que fôssemos mandar em outro país, como se fôssemos um império, assim como faz os Estados Unidos. Quando os seus interesses são contrariados eles vão lá, como fizeram no Iraque, e fazem as barbaridades que estamos acompanhando.

O Brasil é um país soberano, mas o Governo Lula respeita a soberania dos outros países. Como dizem os bolivianos: “Não queremos patrões, queremos parceiros.” Não tenho dúvida de que o Lula vai lá, vai negociar o gás e vai ter o gás que as nossas indústrias, as nossas hidrelétricas e os veículos vão ter o gás necessário, mas em uma negociação de país soberano para país soberano. Isso porque em decorrência de uma matriz energética centralizada exclusivamente na importação de gás e não como acontece com o petróleo, que já somos auto suficientes. Inclusive essa auto-suficiência foi conseguida durante o Governo Lula, inclusive o FMI, que dizíamos: “Fora FMI”. Quem botou fora o FMI? Foi este Governo, pagou o FMI e o FMI não apita mais aqui no Brasil. Era o grande desejo da nação brasileira. Inclusive falta o chavão para muitas Esquerdas radicais que diziam: “Fora FMI”.

Acho que temos que ter equilíbrio e analisarmos a situação. Tem problemas? Tem. Tem problemas na saúde? Tem. Mas não vamos esquecer que de 1994 a 2002 houve uma defasagem de 110% nos procedimentos da saúde. Mas o Lula recentemente reajustou em média 30% os pro-

cedimentos da saúde, que estavam defasados. O problema não é de agora, mas está se tentando consertar agora. Vamos dar o mérito a quem é merecido o mérito.

Era só isso. Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Grande Expediente, com a palavra, o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, dois assuntos que quero comentar, nesta tarde, aqui no plenário desta Assembléia.

Deputado Romanelli, demais companheiros membros da Bancada do Governo, vejo, hoje, na Ordem do Dia, um projeto que cria cargos em comissão para o Sistema Penitenciário do Paraná. São cargos em comissão. Deputado Romanelli, quero lhe comunicar, oficialmente, publicamente, que vou votar contrário e entro em obstrução de todos os cargos criados a partir de hoje nesta Casa, enquanto o Governo não criar os cargos para o Instituto Médico Legal do Paraná.

Os Institutos Médicos Legais do Paraná estão uma verdadeira vergonha. As pessoas sofrem, principalmente no IML aqui de Curitiba, onde deveria se ter uma fiscalização até da Polícia para se evitar o que é feito na porta do IML, aqui de Curitiba: funerárias e agentes funerários brigando pelo corpo. Enquanto isso, um cidadão vitimado, ele fica 10, 11, 12 horas aguardando para ser liberado o corpo. O que é uma vergonha. Quando um bacana morre aqui em Curitiba, ou é da burguesia, da elite curitibana, o corpo é liberado num piscar de olhos. Agora, quando é um assaltante, um traficante, um bandido, uma família vitimada, uma pessoa simples, o corpo fica lá aguardando a boa vontade do IML.

A partir de hoje, vou entrar em obstrução pessoal, enquanto o Governo não contratar funcionários e cuidar dos Institutos Médicos Legais do Paraná. Não voto, nesta Casa, nenhum cargo para ninguém, enquanto o Governo não cumprir a sua parte. Faz 4 anos que venho reclamando aqui. Tem IML que não tem papel higiênico na referida instituição. Isso é uma vergonha! Tem famílias que, muitas vezes um corpo dá entrada às 11h da noite e só vão liberar o corpo às 8h do dia seguinte.

Dr. Batista, o lugar mais triste de uma cidade não é o cemitério. O cemitério é o lugar de ir queimar uma velinha e relembrar os entes queridos. O lugar mais triste de uma cidade é o IML, porque é lá que muitas vezes na madrugada, ou à tarde, alguém liga e pergunta: “Quem é o fulano de tal?” Você diz: é meu filho, é minha mãe, é meu pai, é meu irmão, é meu vizinho, é meu amigo. O IML diz: “Pois o corpo dele tem que ser reconhecido aqui, no IML.”

Será que é tão difícil cuidar do IML? Quantos têm no Paraná: 15, 16, 20? Quantos tem? Mas por que o Governo não cuida dos IMLs do Paraná?

É porque ainda não morreu alguém da família de alguém. Só posso entender isso! Agora, quando morre um bacana, quando morre alguém da burguesia aqui de Curitiba e não lá da antiga Nova Rússia, é uma loucura e até o Chefe do IML vai lá para liberar o corpo, mas quando morre o coitadinho: “Ah, espera o médico chegar ou segura aí.” E aí aparece o espertalhão da funerária, que diz: “Não, eu tenho um esquema aí e libero em 4 horas.” Mas até quando vai essa brincadeira? Será que ninguém tem sentimento por alguém que morreu acidentado?

Falo isso porque estamos em um entroncamento rodoferroviário e mais rodoviário, que Ponta Grossa, que é o maior da região sul do Brasil. Por ali passa tudo! Um dos maiores entroncamentos rodoviários do sul do Brasil e ali morrem pessoas, naturalmente. E por que? Porque é um lugar onde passam muitos veículos, onde é grande o fluxo de veículos que se encontram ali para ir para as rodovias e ali ocorrem os acidentes. Aí, você se obriga a ver lá em Telêmaco Borba, que liga às 22h e avisa o IML de Ponta Grossa: “Olha, tem uma pessoa assassinada aqui, uma criança morreu. Segura o corpo aí e traga amanhã de manhã”. Bacana, não é? Que maravilhoso que é aquela família vitimada, uma criancinha está morta, o pai está morto, o filho está morto, mas tem que esperar até amanhã. Eles acham que 12 horas não é nada, apenas uma noite! Até quando vai isso?

Por isso, a partir de hoje vou votar contra tudo o que tiver criação de cargo. Não voto mais nenhum cargo e peço aos meus companheiros da Casa que façam o mesmo. Vamos nos impor, porque amanhã ou depois pode, Deputado Mauro Moraes, alguém ligar para o senhor e dizer: “Escuta, tem um corpo lá da região que está no IML e tem que liberar”.

Então, está na hora de nos impormos! Acho que esse projeto das penitenciárias, poderíamos segurá-los até que o Governo contratasse, em cargo de comissão, os técnicos que estão faltando, os médicos que estão faltando para os IMLs do Paraná. É uma boa sugestão que dou! Não é nada pessoal contra o Governo, mas é só questão de competência. O Governo gasta o dinheiro que quer e vejo aqui a Oposição dizendo que o Governo gasta dinheiro com cartão corporativo, mas por quê não gastar um dinheirinho para cuidar dos IMLs do Paraná?

Fica a sugestão e fica aqui também para os Deputados que quiserem me acompanhar, porque hoje já vou votar contra todos os cargos. Não voto nenhum cargo, a partir de hoje, que passar por esta Casa, enquanto não resolverem os cargos no IML do Paraná. Vou fazer isso a partir de hoje. Não voto mais nada! Enquanto não resolver os IMLs do Paraná, vou fazer discurso, vou usar o tempo, vou usar aqui o Regimento Interno da Casa, que aliás é para ser cumprido. A partir de hoje vou encaminhar, vou fazer tudo, até porque não tenho pressa, não sou preguiçoso, gosto de falar, Deus me deu o dom de falar e

fico aqui até meia-noite se precisar, a partir de hoje. Mas, nem que seja de forma solitária, vou fazer e quem sabe alguém me siga e possamos fazer com que o Governo dê atenção ao lugar que precisa, porque amanhã pode morrer alguém ligado a nós.

Como segundo assunto, Srs. Deputados, ouvi aqui o Deputado Elio Rusch, um especialista em saúde, dizendo que a saúde vai mal. Vejo aqui todo mundo falar da saúde! Primeiro, que tem duas coisas boas de falar quando queremos fazer a coisa andar, que é a saúde e a segurança. Segurança é um espetáculo falar, porque qualquer coisa que acontece é culpa da Polícia. Quanto à saúde, qualquer coisa é culpa do Governo.

Mas, estou protocolando hoje um requerimento ao Procurador Geral do Estado para que o Ministério Público Estadual inicie imediatamente a fiscalização do PSF do estado do Paraná. Lá em Ponta Grossa, nesta semana, peguei a relação do PSF, 30 equipes, li na rádio e disse: lá no bairro tal, o médico fulano tem que trabalhar 4 horas de manhã e 4 à tarde. Ele tem que fazer visitas às famílias. Meu Deus do céu! Nós temos uma plataforma eletrônica na rádio e o que entrou de ligação dizendo: “mas aqui não vem; o médico vem aqui 10 minutos e vai embora, ou ele vem aqui, fica meia hora, atende 10 consultas, vai embora e não atende mais.”

Deputado Péricles, isso é muito grave! É aí o grande problema da saúde do Paraná! Quantas equipes do médico da família do PSF temos neste estado? Quantas será? Ponta Grossa tem 30, então imaginamos que neste Paraná afora devemos ter umas 1.000 equipes ou quem sabe mais. Não sei exatamente quantas são, mas aí é que está o problema da saúde! O problema da saúde está lá no início, no atendimento básico, no começo do atendimento, lá quando o paciente entra e o médico, geralmente o clínico geral, que por mais jovem que seja, já tem uma participação, porque esteve em um grande hospital, em um pronto-socorro e ele tem condições de fazer um grande diagnóstico. Então, o nosso problema da saúde na base.

E daí ouvi alguém falando aqui mal do Presidente Lula, mas o Lula manda todo mês o dinheiro para os PSFs. É sagrado e não falta um mês! Nunca ouvi falar que o Governo Federal deixou de mandar o dinheiro do PSF! E cadê o dinheiro? É pago às Prefeituras. E quem fiscaliza as Prefeituras? Ninguém fiscalizar. E aí, o que ocorre? Os médicos fazem um bico lá no postinho, faturam 5 ou 6 mil, dá um bico no consultório dele, dá um bico na UNIMED, dá um bico no consultório não sei de quem e aí ganha R\$ 20 mil por mês e assim por diante.

Então, a essência da saúde não é UTI. A UTI é essencial e tem que ter, porque a pessoa tem que ter o direito de pensar até que vai viver, mesmo que esteja mal. Agora, estou solicitando aqui, hoje, ao guardião da lei neste estado do Paraná, Ministério Público, vamos fiscalizar. Com a mesma intensidade que se fiscaliza Prefeitos, vamos fiscalizar o PSF, vamos ver quanto estão ficando os médicos lá no postinho, quanto tempo eles estão fazendo no postinho, Srs. Deputados.

O Sr. Pércles de Mello (PT)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Olha, a Prefeitura tem responsabilidade pelo PSF, ela é fiscalizadora pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde, Deputado Jocelito. Olha eu implantei o PSF em Ponta Grossa, mais de 20 equipes e os médicos têm que trabalhar 8 horas, não são 4; 4 horas eles dão consultas e 4 horas eles trabalham na comunidade, inclusive com visitas domiciliares.

Então, quem é o culpado se houver qualquer problemas desse tipo no PSF? Na verdade o problema deixou de existir, e a Prefeitura que tem que ser penalizada por isso, a Prefeitura tem condições de fiscalização, os médicos do PSF fazem concurso para 8 horas de trabalho, Deputado Jocelito. Então, se há algum culpado nesse caso são as Prefeituras Municipais e o Conselho de Saúde que tem todas as condições de denunciar a Prefeitura ao Ministério da Saúde.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Interessante o que V. Exa. fala, porque o bom médico fica 8 horas. Eu, por exemplo, conheço uma médica lá em Ipiranga, que trabalha, dá 50 quilômetros do interior de Ipiranga, uma jovem médica que atende lá no Lustosa, ela vai todo dia e volta de tarde, é um exemplo que ela está dando, atende no postinho e depois vai às casas. Aí, acaba se prejudicando o médico que realmente está trabalhando, que fica as 8 horas no postinho.

Agora, Deputado Cheida, V. Exa. tem toda razão, um médico não pode ganhar R\$ 10 mil para trabalhar, ele tem que ganhar mais que o Governador. Eu sou dessa idéia, tem que ganhar bem para ele ficar lá e resolver o problema, porque quando o médico resolver o problema lá no postinho, que muitas vezes ele resolve com bom atendimento, aquele paciente passa a ser barato para o município, o município ganha com isso porque o paciente não vai para o postinho, não vai para o exame, não vai para lugar nenhum, porque o cara resolveu o problema lá.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Apenas para mais uma vez lhe parabenizar pelo pronunciamento, e dizer duas coisas, Deputado Jocelito: primeiro, cumprir o horário é colocar relógio-ponto no posto de saúde e pronto, põe relógio-ponto e o médico, como todos os funcionários, é funcionário, tem que bater o ponto e acabou a conversa. Se não quiser bater ponto não dever receber nem o salário que por concurso, tem direito. A segunda questão é que, pelo fato, o PSF tem se degenerado em todo o território nacional, porque ao invés do médico atender dentro da casa, na família - por isso é Programa Saúde da Família - o profissional tem que ir lá dentro da cozinha do paciente, saber o que ele come, se o cachorro está com sarna, se o outro está doente porque perdeu o emprego ou se é uma doença de fato orgânica.

Enfim, conhecer as condições da família. O médico hoje tem se acomodado no posto de saúde e atendido dali, e ele degenera com isso a equipe. E sem dúvida, se estiver acontecendo isso, é uma questão absolutamente pertinente e tem que ser verificado.

Por fim, hoje eu lia uma espécie de biografia ao Dr. Adib Jatene, que uma vez, já famoso, tendo feito mais de 20 mil cirurgias cardíacas, ele engraxava sapato lá no aeroporto de São Paulo e perguntou quanto que era. Aí o rapaz que engraxava disse para ele: "Dois reais". Ele falou: "Nossa, mas então nós somos colegas, porque eu também ganho R\$ 2". "O senhor é engraxate?", o menino perguntou. Ele falou: "Não, eu sou médico". Aí, o menino falou: "É, o senhor ganha R\$ 2 mas não ganha gorjeta igual a mim, né?"

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito boa, boa essa piada, mas é verdadeira!

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Primeiramente, Deputado Jocelito, quero lhe cumprimentar pelos dois assuntos que V. Exa. traz hoje.

Somos conhecedores do problema que enfrenta o IML e da angústia que as pessoas vivem nos municípios. Mas não está limitada só a falta de médicos, são dos profissionais como um todo na instituição. Quando acontece um homicídio lá no bairro e demoram 1, 2, 3 horas para recolher o corpo.

Parabéns pela sua sensibilidade! O Programa Saúde da Família surgiu como uma estratégia para otimizar a saúde pública como um todo. Deputado, temos, no mesmo município, locais onde têm atuação do PSF e locais onde não há atuação. Aí, nós que escolhemos se aquele cidadão merece um tipo de atendimento ou outro. Tínhamos que ter o PSF como uma única estratégia de entrada aos serviços de saúde. Então, 100% PSF.

Com relação ao ponto, como colocou o Deputado Cheida, eu batia ponto. E na cidade de Araucária há relógios de ponto em todos os centros de saúde, onde todos os técnicos batem o ponto com cartão. Ou a pessoa tem compromisso ou não tem. Não tenha dúvida! Temos profissionais que realmente trabalham. Isso está em todas as categorias, não é uma particularidade do médico ou do enfermeiro. Aí tem o profissional que atende as 16 consultas estabelecidas em duas horas e fica duas horas na internet, ou lendo jornal dentro do consultório. E ainda mais, assistimos muitas vezes, falando 10, 15 minutos, na fila do ponto, esperando dar a hora.

O que temos que fazer é uma grande política de concientização, de valorização dos bons profissionais. Porque na grande maioria dos municípios é nivelado tudo por baixo. Não se tem um programa de cargos, carreiras e salários que todo profissional briga. Então, temos que valorizar o bom profissional para que esse seja o exemplo

dar para os outros. E isso só se faz com reconhecimento, e pode ter certeza, esse reconhecimento é financeiro.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço a Deputada Rosane Ferreira, também profunda conhecedora da área de saúde.

É aquilo que falamos, é preciso valorizar o bom profissional. Tem médicos da família que são sensacionais! Não são todos ruins, não gosto de generalizar. Mas, na região que trabalho, há muitas reclamações que os médicos não estão cumprindo a carga horária.

Em contrapartida, faltam leitos nos hospitais, dos problemas que poderiam ser resolvidos lá na base e não são. As UTIs estão cheias. Todo o processo que deveria ser feito na base não é atendido. Aí temos os problemas que começam a se tornar diários. E acaba desaguando nos atendimentos de emergência. Não adianta só falar mal da UTI! Temos que cobrar aqui esse trabalho básico. É para isso que estou colocando esse requerimento hoje, para discutir a saúde com profundidade.

A nossa saúde precisa ser revista e é necessário que governos estaduais e municipais façam cada um a sua parte e usem, de acordo com a lei, o dinheiro que vem do programa de Brasília. Médico tem que ganhar bem porque trabalha bem. Quando o médico não consegue um bom salário, ele migra para um outro local, para um outro plano. Ele marca uma consulta, faz pela metade, não resolve nada, porque tem que buscar mais um pouco de dinheiro lá na frente, num consultório particular ou num plano de saúde.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou entrando com este requerimento, hoje, pedindo ao guardião da lei - ao Ministério Público - que investigue, que averigüe em todos os PSFs do Paraná. O grande mal da saúde vem por aí. Para finalizar, a partir de hoje, estou em obstrução solidária e solitária em nome do IML. Enquanto o Governo não resolve o problema do IML, estarei votando contra tudo que for criação de cargos, nesta Casa. Eu sou contra, porque um Governo que não consegue resolver a questão do IML não vai resolver mais nada.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Apenas para corroborar com algumas das suas palavras, quero dizer que há uma preocupação. Infelizmente, na quarta-feira, nós tivemos a perda de um companheiro nosso que trabalhava no nosso mandato - Paulo Betin - que faleceu, por volta das 10h, indo de Jaguariá para Sengés. Ele foi levado ao hospital e, posteriormente, para o IML de Ponta Grossa. Nós fomos muito bem atendidos no IML de Ponta Grossa, tanto pelo médico quanto pela pessoa responsável, mas, para minha surpresa, ela falou o seguinte: "Eu fiz 20 plantões de 24 horas!" Ela mora em Curitiba, o marido é advogado em

Curitiba, mas disse: "É surpreendente porque nós não temos pessoal!"

Eu fico me perguntando como que alguém, pode fazer 20 plantões de 24 horas em um mês, quando, na verdade, tem que trabalhar 24 por 72. Só estou colocando essa situação porque vi na prática. Estive em Ponta Grossa. Saímos por volta das 19h de lá. Ficamos aguardando das 16h até às 19h, não havia ninguém, mas o que me surpreendeu foi a carga horária dessa funcionária.

Obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para encerrar, Sr. Presidente, mais um minutinho.

Só para dizer, Deputado Tadeu, que o IML de Ponta Grossa ainda tem um Chefe que trabalha lá até de noite e que pediu a conta, agora, porque não tem mais estrutura e não agüenta mais, quer ir embora, não quer ser mais Chefe do IML de Ponta Grossa. A Deputada Rosane tem razão quando diz que IML não é só médico. IML precisa de estrutura, de carros, de equipamentos.

A partir de hoje, estou solidariamente, nem que seja só eu, mas estou em obstrução de votação de qualquer cargo, para qualquer Poder, enquanto não resolver a situação dos IMLs do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Consulto a Liderança do PDT. PSB/PR/PRB/PV.

(Declinam)

Consulto a Liderança do PP. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Augustinho Zucchi; nobre Prefeito de Cascavel, Edgar Bueno; nossa grande Líder do Paraná, Cida Borghetti; Sras. Deputadas; Srs. Deputados.

Ainda voltando ao problema do leite contaminado, adulterado, fraudado por um engenheiro químico, um dos fraudadores que prestou serviço a várias cooperativas fraudando o leite, colocando água oxigenada e soda cáustica no leite que nós bebemos. Acho que a lei, aqui no Brasil, deveria ser mudada com urgência. Devíamos pegar um vagabundo desses, colocar em praça pública, porque ele falou para o Fantástico que ele mesmo não beberia leite com soda cáustica. O Código Penal deveria ser alterado. Colocar um cretino criminoso desses em praça pública, enfiar um caldeirão de leite com água oxigenada e soda cáustica na sua boca, para nunca mais ele praticar um crime como esse, que pode dar diarreia, queimação, dor de estômago e até matar, conforme a análise de médicos.

A mesma história que defendi quanto ao tarado, que brutalizou e matou uma criança, colocar em praça pública para o povo castrar sem anestesia. Porque com anestesia é muita comodidade para o tarado. E para o fraudador do leite, colocar em praça pública e fazer beber um tambor de leite com água oxigenada e soda cáustica.

Nobre Presidente, Troféu “Guerreiro do Paraná”:

(Lê):

Troféu ‘Guerreiro do Paraná’

O Movimento Pró-Paraná promoverá no próximo dia 12, no Castelo Batel, nesta capital, um grande evento que reunirá ilustres autoridades e personalidades, para entrega do troféu ‘Guerreiro do Paraná’ ao emérito jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Presidente da RPC/Gazeta do Povo. O homenageado é também Presidente de honra do Movimento Pró-Paraná.

O nome do Dr. Francisco está inserido nos Anais como o maior paranista de nossa história. As grandes conquistas de nosso estado, nos últimos 50 anos, tiveram efetiva participação desse respeitado cidadão e líder empresarial. Importantes avanços sociais dos paranaenses foram possíveis graças ao coração cristão do Dr. Francisco, que sempre se dispôs a carregar a bandeira de luta e reivindicações por ele consideradas justas. Sempre se empenhou em fortalecer a identidade cultural do Paraná, criando em nossa juventude o hábito de conhecer os nossos antepassados e verdadeiros construtores do Paraná de hoje. Através do Pró-Paraná, do qual é um dos fundadores, e, através de vários clubes de serviço e entidades, liderou o movimento que trouxe de volta comemorações de datas cívicas.

Apostando que a força de uma sociedade repousa na atuação voluntária dos seus membros, sempre incentivou o associativismo, dando amplo apoio às iniciativas de caráter cultural, social, beneficente e de formação política, visando exclusivamente à democracia.

Foi sobretudo na luta que empreendeu em defesa da unidade do Paraná, ameaçada entre 1991 e 1993, por projeto separatista, que visava desmembrar parte de nosso território, que o Dr. Francisco teve notável destaque dentre os conterrâneos, tornando-se credor da eterna gratidão de todos os paranaenses.

Outra histórica conquista foi a campanha comandada pelo Dr. Francisco, vitória que resultou nos royalties da hidrelétrica de Itaipu, traduzida em receita que beneficiou a população de inúmeros municípios da região oeste.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho é o que pode se chamar de um verdadeiro ‘paizão’ dos paranaenses. Eu, pessoalmente, considero-o meu 2º pai. Que Deus abençoe sua vida pessoal, familiar, empresarial e sua saúde. Agradeço a Deus pelo privilégio de contarmos, no Paraná, com um homem da expressão moral, religiosa, empreendedora e humana como o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

PT, com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores para manifestar a preocupação - já havia conversado isso com o Deputado Péricles, com outros Deputados do Partido dos Trabalhadores, Deputado Marcelo Rangel, o senhor que também é da mesma cidade que o Deputado Péricles. É com relação à prisão efetuada há dias da engenheira agrônoma Elma Romanó. Falo com preocupação porque no dia em que isso ocorreu ou no dia em que foram denunciadas várias pessoas, inclusive ela usou a tribuna aqui e na sequência disso diversas pessoas vieram manifestar-se. As associações, inclusive de defesa e proteção do meio ambiente, têm feito movimentos que me parece, são associações de extrema responsabilidade e é preciso que tenhamos um esclarecimento a respeito dessa situação.

Por que digo isso? Há um manifesto que está sendo feito em apoio à Dra. Elma e que é assinado, entre outros, pelo Instituto de Engenharia do Paraná, pela Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMA, pela Sociedade de Pesquisa do Meio Ambiente da Vida Selvagem, pela Liga Ambiental, por diversos Deputados Estaduais, a Deputada Rosane Ferreira, eu também, Deputado Angelo Vanhoni, Vereador Paulo Salamuni, CEDEA, SINDI/SEAB, diversas ONG assinam. O Dr. Vitório Sorotiuck esteve aqui, há pouco, e eu conversa com ele, parece-me que alguma coisa não está bem esclarecida. Primeiro, quando vemos uma prisão a partir de denúncias de que estavam sendo feitos cortes ilegais em áreas no estado do Paraná e autorizados pela engenharia Elma Romanó, mas que, contraditoriamente, todos os principais Institutos de Defesa do Meio Ambiente saem em defesa dela. Isso para mim, no mínimo é surpreendente. Porque uma pessoa que está sendo acusada de crime ambiental ser defendida por mais de 30 entidades no Paraná, além de Deputados Estaduais, Federais, Vereadores, Entidades de Classe. Ser defendida por essas pessoas, no mínimo alguma coisa não está bem explicada.

Em segundo lugar, me chama a atenção também, porque a autorização dada, a solicitação de prisão foi dada por um Juíz, uma vez que a alegação é que a Dra. Romanó poderia criar problemas por estar no IAP - ora, ela não está mais no IAP - ela já é funcionária, inclusive, da FERROESTE, já saiu do IAP. A Dra. Romanó foi, além de engenharia agrônoma, foi assessora do Dr. Honorato Saint'Clair, e quem o conhece sabe que é uma das pessoas que mais defende, talvez mais intransigente que nós tenhamos, intransigente no sentido positivo com o meio ambiente, em defesa do meio ambiente, já veio, inclusive, aqui nesta Casa, e ela assessorou o Dr. Saint'Clair durante 8 anos na Promotoria em Defesa do Meio Ambiente, no Ministério público. Em Ponta Grossa pediu afastamento - quando assumiu - de 7 funcionários

por crime ambiental. Como eu já falei, não está a serviço do IAP, está a serviço da FERROESTE.

Por isso, a justificativa dada pelo Juíz para manter a sua prisão não se sustenta, uma vez que ela não pode fazer nenhum tipo de interferência, pois ela não está nem no IAP, ela está na FERROESTE, há 2 anos, e isto que mais me surpreende, há 2 anos a Dra. Elma Romanó já fazia denúncias aos seus superiores dentro do IAP e ao Governo do Estado. Vejam isto, solicitei hoje ao Dr. Dálio Zippin, que é o seu advogado e é da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, eu solicitei, inclusive, que nós trouxéssemos esses documentos para conhecimento da Comissão de Direitos Humanos aqui da Assembléia Legislativa e dos demais Deputados.

Por que eu falo isto, Deputado Jocelito Canto? Porque é um absurdo que uma pessoa esteja sendo acusada por crime ambiental, defendida por aqueles que defendem o meio ambiente, tendo já em diversos pronunciamentos atestado que ela fazia estas denúncias há 2 anos contra aqueles que depois vieram a acusá-la, inclusive madeireiros. Foi Assessora no Ministério Público do Meio Ambiente, durante 8 anos, do Dr. Honorato Saint'Clair. Ora, alguma coisa não está bem explicada nesta história, alguma coisa está mal contada nesta conversa. O que nós sabemos é que houve uma série de pessoas, uma série de empresas, uma série de madeireiros, inclusive, que se sentiram prejudicados pela ação feita pela Dra. Elma Romanó.

Por isso mesmo hoje eu solicitei ao Dr. Dálio Zippin para que nós pudéssemos visitá-la na quinta-feira de manhã, com a Comissão de Direitos Humanos, Deputado Cheida já se manifestou também no sentido de participar, Deputada Rosane, assim como o Deputado Péricles de Mello, se manifestaram no sentido de visitá-la no local onde ela está detida. E chega agora, aqui, inclusive, o Deputado Plauto. Estou justamente, Deputado Plauto, colocando a situação da Dra. Elma, que para mim é surpreendente que uma pessoa que fez todas as acusações, diversas, por 2 anos, contra a forma irregular como vinha sendo feito o corte de madeira na região, depois venha ser acusada por aqueles que anteriormente ela havia denunciado, e defendida pelos órgãos que defendem o meio ambiente.

Então, estou colocando aqui que alguma coisa está errada nesta conversa. E o nosso objetivo na quinta-feira vai ser, além de procurá-la e prestar solidariedade, vai ser procurar saber, exatamente, quem está se beneficiando com este tipo de procedimento.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero me somar ao seu pronunciamento, quero me associar ao seu pronunciamento e dizer que também estou, da mesma forma que V. Exa., estranhando o que ocorreu com a Elma Romanó, e também tenho dito que é muito cedo para qualquer acusação.

Eu me somo a V. Exa. que algo de errado tem nessa história e é preciso investigar a fundo, porque é muita surpresa tudo isso. Alguma coisa nessa história não está bem contada. Alguém aprontou tudo isso e tem alguma coisa que precisa fechar nesse baralho aí e eu me solidarizo a V. Exa. e a Elma, porque no período em que estive junto com ela, que a acompanhei em vários eventos, ela sempre foi defensora do meio ambiente.

Concordo com V. Exa. e ela tem a minha solidariedade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Jocelito.

Só quero dizer que para nós - não estamos fazendo pré-julgamento - o que estamos fazendo aqui, através da Comissão de Direitos Humanos, dizer que há que se dar o benefício da dúvida, porque depois disso tudo que aconteceu nos últimos 20 dias e como já falei diversas vezes aqui, depois de uma pessoa ser acusada de crime ambiental, a mesma pessoa estar sendo defendida por todas as entidades ambientalistas do Paraná e, no mínimo, no mínimo surpreendente!

Concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Tadeu Veneri, parabenizando pelo pronunciamento, também compartilho do mesmo pensamento: alguma coisa está esquisita nessa história toda. A Dra. Elma Romanó, não a conheço pessoalmente, mas sei que se trata de uma mulher de família, Cidadã Honorária de Ponta Grossa e acredito que ela realmente necessita de uma ampla defesa e precisa, sim, do apoio, neste momento, para que não seja prejudicada.

Quero prestar minha solidariedade, neste momento, à Dra. Elma Romanó. Acho que precisamos caminhar no sentido de que haja justiça, mas que ninguém seja prejudicado antes de uma conclusão final e certa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concedo o aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães, para concluir.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Ouçó com atenção e, aqui neste plenário, trouxemos no dia em que a Polícia cumpriu as ordens judiciais de prisão de vários funcionários do IAP, pequenos madeireiros de Ponta Grossa, inclusive dela, Elma Romanó, naquele dia ela estava foragida, de acordo com os jornais do estado do Paraná.

A verdade é uma, como o senhor mesmo falou, é estranho porque ela ficou 5 anos no comando regional do IAP, lá nos campos gerais, e pelas informações da mídia, dos meios de comunicação, ela assinou dezenas e dezenas de autorizações de corte de Araucária. Segundo as informações dos meios de comunicação, porque tudo isso está sendo investigado pela Polícia Civil do estado do Paraná e também, por declarações do atual Presidente do

IAP, o guarapuavano Vitor Hugo Burko, que diz que são dezenas e dezenas de autorizações que foram assinadas pela Dra. Elma Romanó. Tudo isso traz uma desconfiança daqueles que a conhecem e daqueles que ouviram todas essas informações no estado do Paraná.

Precisamos de cautela, muita cautela, as assinaturas estão lá, são falsificadas? 1, 2, 10, 20, 30, não sei se perto de 100 autorizações foram dadas! Então muita coisa estranha aconteceu lá naquele órgão, por 5 anos ela comandou o órgão, sei que pouco lá ela ficava por ser residente em Curitiba. Ela foi colocada pelo Governador Roberto Requião por ser uma Assessora do Promotor do Meio Ambiente, o Saint' Claire, para ir lá e resolver o problema.

O que temos que fazer é aguardar as investigações para não sermos desleais com nenhum lado, mas o problema é grande! Agora, a verdade é uma: os pinheiros foram cortados! Vinte e sete mil metros cúbicos de pinheiros, são 36.000 pinheiros! Só para ter uma idéia, houve um grande movimento no Paraná, Sr. Presidente, em defesa das unidades de conservação dos campos gerais. O que tem de pinheiro nas unidades é menos do que o que foi cortado!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concluindo, Sr. Presidente, agradecendo a sua benevolência no tempo, nós vamos requerer, se for possível, que as denúncias feitas, segundo a Dra. Elma, há 2 anos atrás, que sejam encaminhadas justamente para que nós possamos tomar conhecimento se, de fato, foram feitas e qual o teor das denúncias.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu queria saudar o Deputado Alexandre Curi, seguindo mais uma vez os ensinamentos do nosso inesquecível Deputado Anibal Khury, apagando incêndios aqui.

Está presente aqui um dos Conselheiros do Tribunal de Contas, Dr. Guimarães e com uma rápida conversa aqui me parece que o fogo lançado na "escolinha" acabou de ser apagado.

Era só esse registro.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando sua filiação ao Partido da República-PR, e passa a fazer parte da referida bancada com assento nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 351/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, que adote nas escolas públicas estaduais, quadro-negro móvel, invenção notável do professor de Paranavaí, Sr. Joel Aparecido Rodrigues da Fonseca. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 352/07, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, reforços para o patrulhamento com motos em bairros maringenses. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 353/07, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a reforma de salas de aula no Colégio Estadual Presidente Costa e Silva, de Cascavel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 354/07, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, que determine a assinatura de Termo de Cooperação Técnica a ser celebrada entre a COPEL e SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (PEC)

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 083/04, proposta de emenda à Constituição do Estado, na forma do substituí-

tivo geral da Comissão Especial de Reforma à Constituição, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/04, que acresce artigo 210-A, ao Capítulo VI, do título VI e artigo 60 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO e EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO.

Os Deputados que forem favoráveis à aprovação da proposição deverão votar com a expressão SIM. Os que forem contrários deverão usar a expressão NÃO. Informo ainda que para a aprovação serão necessários 33 votos SIM.

Solicito ao Sr. 1º Secretário Deputado Professor Luizão que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Professor Luizão**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)
Sr. Presidente, 40 Srs. Deputados votaram SIM; 3 Srs. Deputados votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Está aprovada a Proposta de Emenda à Constituição do Estado.
Pela ordem, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)
Em meu nome, em nome do Deputado Valdir Rossoni e dos Deputados que votaram contra, apenas deixar registrado que votamos contra porque a Assembléia Legislativa, não pode avalizar ações do Governo do Estado que fatalmente vão ser argüidos inconstitucionais e vão cair na Justiça.

Aliás, recentemente, um levantamento feito no Supremo Tribunal Federal, o estado do Paraná, lamentavelmente, é campeão das leis inconstitucionais do nosso Brasil. Alterar a Constituição do Brasil, sabendo que esse artigo e alguns dispositivos cairão no Supremo, não podemos concordar. Fizemos questão de registrar para quando alguém entrar com uma ação, cair nessa lei, vamos querer apenas lembrar a nossa ação e a nossa manifestação, na Sessão de hoje.

Votamos contra porque é totalmente descabida essa PEC que foi apresentada e que a Assembléia acaba de votar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Devidamente registrado.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 736/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense Municipal de Castro - PROVOPAR, com sede e foro no municí-

pio de Castro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Vamos apreciar emenda aprovada em 2ª discussão. Está em votação. **Aprovada.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Meropolitano Norte da Polícia Militar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a construir o Hospital Regional Filantrópico no município de Toledo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 677/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/07, que cria cargos, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, 10 cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C, todos de provimento em comissão. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (**Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Mensagens**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 677/07

P A R E C E R :

Fundamentação

O projeto de lei em análise, de autoria do Poder Executivo, recebeu parecer anterior desta comissão, determinando a devolução ao autor para a apresentação do impacto orçamentário conforme prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ato contínuo, o Poder Executivo informou no projeto a estimativa do impacto econômico-financeiro e declaração de que o aumento na despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, restando cumpridas as exigências do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101/00.

Conclusão

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de criação de cargo, cuja autoria do próprio Executivo, estando, portanto, conforme os ditames legais expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, no que concerne às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto encontra-se apto a seguir o seu trâmite legislativo, dado o cumprimento integral pelo autor, das diligências anteriormente determinadas.

O parecer é favorável à aprovação da proposição em análise.

Sala das Comissões, em 30.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 677/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente Projeto de Lei nº 677/07, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 039/07, objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, 10 (dez) cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 (dez) cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C, todos de provimento em comissão.

Fundamentação

Esta comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua aprovação devido estar o mesmo em conformidade com legislação vigente que trata das normas nas áreas financeira e econômica, em especial com a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). De igual modo, constata-se os pronunciamentos favoráveis das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e de Estado da Fazenda - SEFA.

Conclusão

Desta forma, este Relator opina favoravelmente pela aprovação do presente projeto, entendendo que o mesmo deve seguir sua normal tramitação pelos colendos órgãos desta augusta Casa de Leis, bem como, seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
NEREU MOURA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Como disse anteriormente aqui, enquanto o estado do Paraná não resolver o que está para trás e que está causando muitos problemas ao estado, passo, a partir desta data, a votar contra todos os pedidos que vierem aqui no que se refere à criação de cargos, seja em qualquer um dos Poderes constituídos deste estado do Paraná. Enquanto o Governo do Paraná não acertar o IML do Paraná, voto contra toda e qualquer criação de cargos de qualquer esfera neste estado do Paraná. Não é possível que o Governo queira criar novos cargos e ao mesmo tempo deixe de atender setores essenciais às pessoas mais simples e às pessoas mais humildes! É por isso, Srs. Deputados, que em todas as votações que tivermos a partir de hoje que se refiram a cargos, seja no Poder Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas ou Ministério Público, vou votar contra, nem que seja só eu. Vou fazer dessa forma e assim farei o meu protesto.

Não tenho nada contra a criação desses cargos e sei que eles também são importantes para o Paraná, mas temos que entender que é preciso respeitar primeiro o que está parado, o Instituto Médico Legal do Paraná. Quando falo Instituto Médico Legal do Paraná, falo de todos os IMLs do Paraná, a começar pelo IML de Curitiba, o IML de Ponta Grossa e todas as demais unidades que são subordinadas ao IML de Curitiba.

Por isso, Srs. Deputados, peço a cada um dos companheiros, àqueles que têm encontrado as dificuldades que eu encontro, porque quando morre alguém, não tem quem vá buscar o corpo, não tem carro, não tem equipamento, não tem material, não tem médico e as famílias estão apavoradas. Por isso, não posso concordar que o Governo queira criar mais cargos em comissão e deixe de criar os cargos que são necessários ao IML. O IML do Paraná também precisa de cargos em comissão para resolver os problemas e que tem muito IML do Paraná que ainda só está funcionando porque algumas Prefeituras têm alguns convênios.

Quero reiterar aqui que não sou contra e sei da importância da criação desses cargos que o Governo manda a esta Casa, mas vou fazer a partir de hoje, uma obstrução nem que seja solitária, mas vou fazê-la. Voto contra todos os pedidos de criação de cargos e vou discutir todos, em todos os âmbitos desta Assembléia, até que o Governo cumpra e primeiro ajeite o que está faltando em setores essenciais do Paraná. O Paraná deve ser governado com prioridade e por isso voto contrário. Faço esse protesto solitário, porque acho que tem prioridades antes que essa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados!

Em primeiro lugar, quero registrar aqui na Casa a minha discordância, Deputado Jocelito, com a sua argu-

mentação a respeito de votar contra, por um motivo: cada setor é cada setor. Dou-lhe plena razão que temos que criar cargos para o Instituto, porque lhe cito o exemplo da cidade de Francisco Beltrão, onde foi criado um Instituto de Criminalística e lá não tem nenhum funcionário concursado. Então, sou a favor de V. Exa. Agora, veja bem a sua posição! Vamos admitir uma votação aqui que teoricamente dependesse de um único voto e esse único voto poderia ser o seu. Quer dizer, então, que em troca de não termos uma situação resolvida no Instituto de Criminalística, nós deixaríamos também sem resolver um grande problema de segurança pública no estado do Paraná.

Cito-lhe o exemplo do sudoeste do Paraná, na cidade de Francisco Beltrão temos uma penitenciária totalmente concluída, totalmente equipada, onde tínhamos um problema do esgoto que foi resolvido através do Ministério Público, da Secretaria do Meio Ambiente, da Prefeitura Municipal e das autoridades, mas o que está faltando? Está faltando o cargo para poder inaugurar essa casa de detenção, que tem por objetivo aliviar as delegacias de polícia, que não tem suporte para os presos que ficam nas celas das delegacias, e V. Exa. é do interior e sabe muito bem que as delegacias não são construídas para ficar com presos. Então, esses presos ficam lá em condições subumanas, porque não tem solarium, não tem quem forneça alimentação e vivem da bondade de alguém que forneça comida, enquanto temos aí 8 ou 10 penitenciárias prontas no estado do Paraná para serem inauguradas.

Ora, até quero me escusar ao Deputado Romanelli, porque no dia em que foi votado esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, sob a argumentação do Deputado Valdir Rossoni de transformações de cargos e tal, o meu voto foi acompanhando a liderança, mas dizendo que poderíamos simplificar mandando uma mensagem criando os cargos para as penitenciárias, porque isso é uma competência do Executivo. E estou percebendo que a mensagem do Executivo é muito clara.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Deputado Caíto Quintana, com todo o respeito! Sei que V. Exa. está fazendo uma defesa do projeto com fundamento e com embasamento técnico, mas o som não permite que nós aqui no plenário ouçamos exatamente a sua explanação. Seria essa a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a questão de ordem de V. Exa., mas acho que não é só o som que não está permitindo que o Deputado Caíto Quintana...

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Espero também que o Plenário ouça com mais atenção. O Governo está criando aqui tão somente 10 cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C, e 10 cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal símbolo

2-C. Só isso. Para quê? Para que possamos inaugurar as nossas unidades penais. Então, ele está absolutamente dentro do princípio da constitucionalidade, porque cabe ao executivo criar cargos, e cabe à Assembléia aprovar ou não. Mas como é um fato absolutamente comprovado, eu sei que a discordância do Deputado Valdir Rossoni e dos demais Deputados da Oposição é em razão de uma lei que já aprovamos na Assembléia que permite a transformação de cargos. Esses cargos poderiam ser transformados segundo a sua ótica, mas não a nós na Comissão de Constituição e Justiça, cabia sabermos se é constitucional. É, está nas prerrogativas do Executivo criar os cargos para as penitenciárias.

Segundo: a Assembléia Legislativa é o órgão competente para criar? É. Nós precisamos criar? Precisamos. A segurança pública do estado do Paraná, em determinados locais, em determinados municípios tem Juiz de Direito que está dizendo aos Delegados, senão determinando, que não executem prisões provisórias porque você não tem onde colocar as pessoas detidas, e nós estamos com construções de mais de 10 penitenciárias no estado do Paraná precisando desses cargos: cargo 1-C, é cargo de mil e poucos reais, e cargo 2-C, portanto, são cargos absolutamente necessários.

A questão que será levantada pelo Deputado Valdir Rossoni pode ser procedente, mas acho que não pode servir de embaraço para que a Assembléia Legislativa vote nesse instante uma matéria absolutamente constitucional e absolutamente necessária para o bem da segurança pública do nosso estado.

Obrigado.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estamos indo em seguida a Sessão, na CEI do Pedágio, aonde o Presidente da Associação das Concessionárias estará hoje respondendo as perguntas dos Parlamentares. Por isso estamos convidando a todos os Parlamentares que tenham interesse, nessa discussão para estar na sala das comissões logo em seguida a Sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só quero dar um encaminhamento, Deputado Romanelli, porque já foi assunto amplamente discutido na CCJ, coloquei o nosso posicionamento, Deputado Caíto, jamais iríamos obstruir uma votação de criação de cargos tão meritórios como V. Exa. colocou da tribuna. Mas o problema é que o Governo cria problema para ele mesmo. O Governo primeiro encaminha para nós um projeto de lei pedindo, isto tem que ser - eu gostaria de ter a compreensão dos Srs. Parlamentares - o Governo cria problema para ele mesmo, por quê? Se não fosse o Governo, estaríamos votando favorável, mas o Governo

encaminha um projeto inconstitucional, esdrúxulo, pedindo para esta Casa autorizá-lo a transformar os cargos e remanejar por decreto.

Esta Casa se curva à vontade do Governador e aprova o projeto de lei. É sancionado pelo Governador.

O Líder do Governo diz que esse decreto não foi usado. Foi. Fui buscar a cópia do Diário Oficial, entreguei para o Líder Romanelli, ele deve ter ido - estou aqui sonhando um pouco - à Casa Civil e disse: “Como vocês me prestam essa informação?” E, no mesmo dia em que levantei o questionamento na CCJ, o Governador baixa um decreto dizendo que foi um erro da lei usada. Que ele estava usando a lei da extinção da FUNDEPAR.

Vou dizer por quê sou contra. O Governo já criou 77 cargos na Secretaria da Justiça.

O que pode acontecer amanhã? Se o Líder do Governo pedisse para revogar esse projeto de lei, tomar uma medida contra esse projeto de lei abrangente de autorização, certamente não teria essa dificuldade. Agora, quem me garante que esses cargos aqui não são necessários, de repente, para a Casa Civil? E aí o Governo, através daquele projeto de lei, pega e transforma esses cargos, remaneja esses cargos para a Casa Civil. Qual é a pergunta que faço aos Srs. Parlamentares? Onde foram os cargos extintos pelo Governo?

Para ser transparente, o que deveria acontecer? Estamos extinguindo a FUNDEPAR. Para onde foram os cargos da FUNDEPAR? Explicado. Foi extinta a SERLOPAR. Para onde foram os cargos da SERLOPAR? Foram para determinada Secretaria. Para que fim? Está explicado. O DECON foi extinto. Para onde foram os cargos?

Por esta razão, a falta e a necessidade. Que o Governo entenda que nós Parlamentares somos, sim, favoráveis às ações que venham de encontro às necessidades da população paranaense. Agora, não somos favoráveis às medidas que não tragam para este Legislativo a transparência, para não aprovar um projeto que, na minha maneira de entender, amanhã poderá ser usado. Governar um estado é extremamente difícil. Prova está aí as dificuldades que o Governo atual enfrenta. V. Exas. acham que o Governador tem tempo para se preocupar com um carguinho de 2-C? Não. Levam o decreto para ele; ele assina e não dá tempo de ver tudo. Eu me assusto quando vejo um pacote de documentos no meu gabinete, que eu sou simples Parlamentar. Imaginem na mesa do Governador Roberto Requião para despachar diariamente. Se o Governador Roberto Requião aceitasse a colaboração desta Casa, não tenho dúvida que as dificuldades que ele enfrenta seriam menores.

Por esta razão, vigilante, como sempre fui, permaneço nesse posicionamento que eu digo, por não confiar no propósito da criação desses cargos na Secretaria da Justiça, por não ter certeza que esses cargos serão usados nas penitenciárias, é que me posiciono contrário a qualquer criação de cargo, até que não seja revogado aquele famigerado projeto de lei que a Oposição também entrou com ADIN e aguarda manifestação do Tribunal de Justiça.

Lamento que a nossa ADIN esteja no Tribunal de Justiça e não tenhamos a manifestação deste órgão. O Tribunal não está me ouvindo. O Governo diz que é constitucional. A Oposição diz que é inconstitucional. Ora, que tem que se pronunciar? A Justiça. Se a Justiça disser que é constitucional, Deputado Romanelli, o Governador pode agir. Agora, por que a Justiça demora tanto tempo e deixa esse imbróglio na legislação da questão de cargos do Governo do Estado? Um Governo gigantesco. Não é este Governo, é próprio dos Governos.

A minha preocupação em ter este posicionamento é porque, talvez, no Tribunal de Justiça, neste momento, chegue um recado de alguém que diga: “O que custa para o Tribunal se reunir?” Já tem os pareceres para que ele se manifeste: “Não, a Oposição está errada. O projeto é constitucional. O Governador pode transformar e remanejar os cargos por decreto.” Pronto. Decisão da Justiça não se contesta, se respeita. Agora, o silêncio, o tempo que está levando, pode trazer muitos prejuízos ao estado.

Por esta razão, quero que me compreendam os Srs. Deputados, mas enquanto não houver a manifestação da Justiça ou um posicionamento do Governo dizendo que vai revogar este projeto de lei, estaremos contrários a qualquer criação de cargos, seja ele o mais meritório possível, fora as questões orçamentárias que não estão bem explicadas.

Obrigado!

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vai encaminhar favoravelmente?

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Contrário? O Deputado Romanelli encaminha, depois V. Exa., e ainda há o Deputado Elio Rusch para encaminhar.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

É que o Deputado Romanelli quer contraditar os dois argumentos. Acho que seria de bom alvitre, Deputado Romanelli, que seguisse o Regimento, mas se V. Exa., cortesmente, me cede a preferência, eu utilizo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Está ótimo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Pode descumprir o Regimento Interno de um falar antes que o outro?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A liberalidade é do Presidente. Pode.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas o Presidente está acima da lei?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há lei alguma que regule isso.

Com a palavra o Sr. Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, para não descumprir o Regimento, vou encaminhar e já vou, de antemão, em nome do bloco, declarar o nosso apoio ao Projeto na questão do mérito. Porém, farei alguns alertas aqui e já fiz esses alertas na Comissão de Constituição e Justiça porque, hoje, estamos votando a constitucionalidade.

O que vimos na Ordem do Dia, o impacto financeiro vem sob a Informação nº 146/06 - se não me falha a memória está na página 12, no verso da página 11 - vem na forma de informação, como já disse, e vem assim dizendo: "sob a ótica orçamentária, informamos que vai ter um custo de 35 mil ao mês; 251 ao ano. Está na rubrica tal." No entanto, não é a primeira vez, Sr. presidente, e o Líder do Governo sabe disso, que temos alertado, na Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Durval Amaral, que o Governo tem que começar a cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que todas as despesas têm que vir acompanhadas de impacto financeiro. Artigo 16 diz que a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesas, será acompanhado, porém como essa criação de cargo é uma despesa de caráter continuado, não estamos criando aqui esses cargos para que no ano eles deixem de existir. Ela tem que vir acompanhada, segundo o artigo 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de parâmetros que fixem a execução por um período superior a 2 anos. E o Governo tem que dizer claramente de onde ele vai tirar essa receita, se vai cortar despesa nos próximos 2 anos. É assim que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encaminhamos e votaremos contra a constitucionalidade, Deputado Romanelli e adiantamos que no mérito somos favoráveis, porque entendemos da necessidade, para que a Casa Civil, de uma vez por todas, tome ciência, que em um estado democrático de direito todos temos que respeitar a lei, inclusive o Executivo, que não está acima da lei.

Nós, como legisladores, não podemos permitir que um órgão mande uma mensagem manca para esta Casa, corrija no afogadilho e de forma incorreta, peça regime de urgência, use o rolo compressor, esta Casa vota e daqui a alguns anos, principalmente na hora que este Governo estiver findando, teremos um passivo comprometedor das receitas públicas do estado. Aí, o próximo Governador, seja ele quem for, vai olhar e dizer: "Cadê a

Assembleia Legislativa que não percebeu que não havia impacto para a criação de tantos cargos?" Tenho certeza que criaremos muitos cargos a mais ainda neste Governo.

Deputado Romanelli, é no sentido de termos responsabilidade. E a responsabilidade que o senhor tem na Liderança do Governo, exija também dos membros da Casa Civil, para que não venha informação travestida de impacto financeiro, porque informação é uma coisa e impacto é outra coisa bem diferente. Temos a necessidade de termos o impacto financeiro em todas as mensagens que criam despesas de caráter continuado.

Era o que eu tinha, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, prezados líderes Valdir Rossoni e Reni Pereira.

Quero encaminhar de forma a tratar esse tema com a mesma responsabilidade que V. Exas. o trataram quando ocuparam a tribuna e como fez também o nosso brilhante companheiro, Deputado Caíto Quintana. Dizer a V. Exas. que estamos aqui, hoje, votando a criação desses 10 cargos em comissão, na estrutura da Secretaria de Estado da Justiça, de acordo com o que preceitua nossa Constituição. O Governador Requião enviou uma mensagem, esse projeto de lei tramitou regularmente por esta Assembleia.

Primeiro, quero desfazer uma questão, porque talvez possa ter surgido um mal-entendido. O Deputado Rossoni, no encaminhamento da discussão desse projeto, alegou que o Governo haveria utilizado, através do decreto, a transformação de cargos prevista na Lei nº 15470. Em parte, era verdadeiro aquilo que havia dito o Deputado Rossoni, porque uma vez, de forma inadvertida, havia sido utilizada essa lei de transformação dos cargos. E quando alertado pelo nobre Líder da Oposição, comuniquei à Casa Civil e o Dr. Rafael Iatauro me disse: "Não, nós não usamos". E quando foi verificar, havia um decreto que era justamente da adequação dos cargos. Esses são da FUNDEPAR e da Fundação da Secretaria da Saúde em que tinha sido utilizada a lei de número errado. Então, o Governo fez um decreto assinado pelo Governador em exercício, Orlando Pessuti a retificou.

Quero aqui dizer que o Deputado Valdir Rossoni tem razão numa coisa: a Oposição entrou com uma ADIN no Tribunal de Justiça questionando a lei que esta Casa votou legitimamente, que permite a transformação dos cargos por decreto, autorizados por lei, é bem verdade. O Tribunal de Justiça não concedeu. Concede em tutela antecipada aquilo que foi pretendido, ou seja, que fosse desde logo dito: "Olha a lei é inconstitucional, não pode ser utilizada". Não fez isso.

Em tese, a lei é legítima, está vigorando e o Governador Requião podia estar utilizando para fazer,

de fato, a transformação dos fatos de acordo com o que preceitua o citado diploma legal. Mas não é isso que tem ocorrido. O Governador Requião decidiu esperar o julgamento, no mérito, pelo Tribunal de Justiça, da lei autorizatória. Só vai utilizar quando efetivamente houver o julgamento no mérito.

Por isso, quero dizer a V. Exa. que era bom mesmo que o Tribunal de Justiça, de uma vez por todas, pudesse decidir sobre esse tema.

Enquanto não decide, temos a urgência de criar esses cargos, porque são cargos importantes na estrutura do sistema prisional do estado do Paraná. São cargos que permitem a gestão das novas unidades que estão sendo construídas. Aliás, a grande maioria já está pronta e que são fundamentais para a estrutura organizacional do nosso estado. Se não fosse o Governador Requião, que como V. Exas. sabem é uma pessoa que se pauta por estrita correção nas questões que envolvem o dinheiro público, não teria enviado a esta Casa o pedido de autorização para poder preencher os cargos. O Governador Requião não gosta efetivamente de praticar nenhum ato que possa ir contra o interesse público, contra o erário.

Quero dizer a V. Exas., apelar que votem a favor, porque aqui está de forma transparente a nossa posição.

Em relação às afirmações feitas pelo Deputado Reni Pereira, quero dizer que eu também, muitas vezes, gostaria até de um necessário formalismo preceituado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fosse mais bem visualizado pelas autoridades que têm o dever de encaminhar a esta Casa, de forma completa, as mensagens.

Mas, tenho que reconhecer que a informação sobre a questão do impacto financeiro está muito bem detalhada na Informação 146 da Secretaria de Estado do Planejamento. E que também a Secretaria da Fazenda, com a Informação nº 080/07 diz claramente, em relação ao artigo 22 que V. Exa. fala sobre o impacto. E diz lá em relação a essa questão da divisão de despesa da SEJU: “Conforme o disposto no artigo 22 da Lei Complementar nº 101, no período de maio de 2006 a abril de 2007, considerando-se os últimos 12 meses, as despesas de pessoal do Poder Executivo sobre a receita corrente líquida atingiu o índice de 41,65%. Os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal são de 44.10 para o alerta do Tribunal de Contas e 46.55 para o limite prudencial e 49 o limite total”. Essa informação foi lavrada no dia 06 de junho de 2007.

Sabemos que são dois anos, os necessários, se verificarmos, contrapormos a Informação nº 146/06, vamos verificar que o Governo tem suficiência de caixa e de arrecadação. Por conta V. Exa. sabe e conhece o Orçamento do Estado, inclusive do Orçamento que esta Casa vai votar de 17 bilhões e 800 milhões para o exercício de 2008. Ou seja, não temos nenhum impacto que não possa ser coberto pelo acréscimo da arrecadação e do consequente acréscimo de despesa que vamos ter.

Por isso, quero solicitar as V. Exas. que apóiem a criação desses cargos que são importantes na estrutura do sistema prisional do nosso estado, ao mesmo tempo, eles

não causam nenhum impacto financeiro que não possa ser coberto pelo aumento de arrecadação do estado.

Peço o apoio de todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (**Partido Democratas**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se formos pela lógica pura e simples, Deputado Valdir Rossoni, jamais poderíamos votar contra o projeto. Jamais, se fôssemos olhar pura e simplesmente o projeto. Ora, o Governo do Estado pede a autorização da Assembléia Legislativa para criar 20 cargos em comissão e coloca esses cargos na Secretaria de Justiça do Estado do Paraná. Mais precisamente lotados nas penitenciárias do nosso estado.

Se entendermos que a segurança está um caos no Brasil, em particular no estado do Paraná, aliás, em segurança o ex-Procurador do Estado, Dr. Sérgio Botto de Lacerda fez menção ao Secretário da Segurança Pública e também a seu pai, que é Ouvidor do Governo do Estado, então, se olharmos pura e simplesmente a lei, como é que os Deputados vão votar contra a criação de cargos que serão colocados à disposição da Secretaria da Segurança Pública? Mas não é isso que está acontecendo. É importante que falemos isso para que fique registrado nos Anais desta Casa.

O Deputado Valdir Rossoni, quando usou esta tribuna, fez menção a uma lei que aprovamos, e no nosso entender uma lei totalmente inconstitucional, tanto é que o próprio Governo não está aplicando a lei, como acabou de dizer o Deputado Romanelli, ele espera exatamente uma definição da Justiça em relação à constitucionalidade desta lei que visa transformar, extinguir, criar cargos em comissão, a bel-prazer do Governo do Estado. O que temos que levantar aqui na Assembléia Legislativa não é a questão da criação dos cargos, Deputado Reni. V. Exa. foi muito feliz quando fez uma exposição. O que temos que levar em consideração são outros fatores.

Já aprovamos a extinção da Secretaria da Criança, isso tem que ser dito, mas os cargos permaneceram. Onde é que estão os cargos? O IASP foi extinto. Onde foram parar os cargos? A FUNDEPAR foi extinta. Onde foram parar os cargos? O ISEP foi extinto. Onde foram parar os cargos? O SERLOPAR foi extinto. Onde foram parar os cargos? O DECON foi extinto. Onde foram parar os cargos? A MINEROPAR foi extinta. Onde foram parar os cargos?

Por que eu fiz estas considerações? Para que fique registrado exatamente nas notas taquigráficas da Assembléia de hoje que o Governo do Estado extinguiu as entidades ou as estatais e até as secretarias, mas não extinguiu os cargos. Esses cargos estão voando por aí, eles estão lotados em algum lugar. E olha que eu vou me lembrar agora, aqui na Assembléia, não neste Governo e nem no Governo Requião passado e outros Governos Jaime Lerner e Requião, no primeiro, Governo dele, José Richa, Álvaro Dias, Srs. Deputados, nós tínhamos uma figura chamada Assistente de Segurança. O que era o Assistente de Segu-

rança, Deputado Dobrandino? Era a pessoa nomeada nos municípios para ser o Delegado, como se chamava “Delegado calça curta”. O Governador Roberto Requião acabou com este Assistente de Segurança. Ele acabou com a figura do “Delegado calça curta”. Isto deve existir mais de 400 cargos, Srs. Deputados, devem existir mais de 400 cargos, Deputado Augustinho Zucchi, de Assistente de Segurança que eram os “Delegados calça curta.” E onde estão os cargos? Eles não foram extintos. Eles estão em algum lugar neste Governo.

Então, extinguíram “n” entidades, secretarias, não se nomeia mais “Delegado calça curta, mas pede-se a criação de novos cargos, não neste projeto, eu não tenho os números aqui comigo, mas é só fazer um levantamento, acredito que deve chegar nos 1.000 cargos, mais ou menos, que criamos neste Governo Roberto Requião, deve chegar em 1.000 cargos já criados. Agora, criar mais 20 cargos? Por que não pegam esses cargos que estavam lotados na FUNDEPAR? por que não pegam esses cargos que estavam no DECON? Por que não pegam os cargos que estavam no SERLOPAR? Quaisquer uns desses cargos poderão ser usados e colocados à disposição da Secretaria da Justiça no Estado e desempenhar suas funções.

Então vejam, Srs. Deputados, e vejam, senhores paranaenses, o que estamos votando. Se nos trouxerem, e até hoje não foi dada uma explicação, espero que o Governo do Estado, através da Liderança do Governo, possa trazer para a Casa, olha, os cargos que estavam lotados, os cargos que eram da Secretaria da FUNDEPAR, lá tinha 25 cargos, 125 cargos, não sei quantos tinha esses cargos em tais e tais secretarias. Esses cargos em comissão, Deputado Dobrandino, que estavam lá no SERLOPAR, esses cargos estão hoje lotados lá na Casa Civil, e quem está ocupando esses cargos? Agora, é engraçado que você extingue o órgão, mas os cargos permanecem e daí quando precisa cargos para a Secretaria da Justiça, aí manda uma mensagem para a Assembléia.

Olha, esta aqui é a segunda mensagem este ano. A primeira mensagem foi no início do ano, e alguns dos Deputados já fizeram menção sobre ela, parece que o Deputado Caíto Quintana ou o Romanelli, alguém fez menção sobre a Lei nº 15470, que autoriza o Governo do Estado a criar 10 cargos, aliás, 37 cargos que foram criados por esta lei também para a Secretaria da Justiça. Agora este ano, de novo, mais 20 cargos, mais cargos e mais cargos, e extingue secretarias, extingue órgãos, mas os cargos, com toda certeza continuam nos seus apadrinhados. Isto tem que ser dito. Não podemos concordar com estas atitudes. Não dá para votar cargos, criação de cargos, mais cargos e mais cargos e extinguir entidades ou estatais. Alguém está sendo nomeado e não está exercendo a função na Secretaria afim. É isso que nós queremos saber!

Por essa razão não podemos concordar com esse projeto, uma vez que carece de explicações do Governo do Estado em relação a esses cargos que já existem no

Governo e são muitos, são inúmeros e com mais esses projeto que visa a criação de 20 cargos,

Por essa razão, espero que não sejamos mal interpretados, ou não compreendidos por alguns Parlamentares. Pelo contrário, nós colocamos nossa posição, entendemos que existem cargos suficientes no Governo do Estado que possam ser lotados justamente nessa Secretaria e para desempenhar as funções junto ao sistema penitenciário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vai-se proceder a verificação de votação a pedido do Deputado Jocelito Canto. Os Deputados contrários ao projeto queriam levantar-se. **Aprovado** o projeto.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/07, que autoriza a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 113/07, de 18/09/07, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 688/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo autorizar o Poder Executivo a transferir recursos do DETRAN no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Fundamentação

A legitimidade para legislar quando a presente matéria encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais

III - os orçamentos anuais

(...)

Parágrafo 1º Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais poderes, a ser fixada na lei de Diretrizes Orçamentárias. (Grifo nosso).

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano pluri-anual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e

aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.

Art. 135. São vedados:

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

Pode-se constatar que se trata de matéria de competência do Poder Executivo, havendo, portanto legitimidade para sua propositura.

Ocorre, entretanto, que incumbe ao autor a observância dos preceitos legais, oriundos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, para o exercício do ano de 2007 - Lei nº 15226/06:

Art. 12. Os orçamentos fiscal e próprio das autarquias, órgãos de regime especial, fundos e empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes, discriminarão o programa de trabalho por unidade orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

(...)

§ 2 A modalidade de aplicação a que se refere o caput deste artigo destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou se mediante transferência financeira a entidades sem fins lucrativos e outras instituições, bem como se serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo e observará, o seguinte detalhamento:

IX - 91 - Aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta.

O presente projeto de lei tem como escopo a transferência dos recursos do DETRAN ao DER a fim da execução de pavimentação de pistas para teste de trânsito, com caminhões e motocicletas, diante do retro colocado verificamos que o autor vem de acordo com as determinações legais, ao falar da transferência de recursos entre entes da administração indireta.

Com a análise do artigo 37 da Lei 15226, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do estado, para o exercício financeiro de 2007, temos que, o referido projeto encontra respaldo legal por legislar dentro dos limites legais expostos pelo referido artigo:

Art. 37. A Lei Orçamentária para o exercício de 2007, conterà autorização para abertura de créditos adicionais até o limite de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de convênios, acordos nacionais, e com agentes financeiros internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

Parágrafo Único. É vedado a concessão de abertura de créditos ilimitados, nos termos do inciso VII do

artigo 167 e 135 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Tal menção se faz cabível neste momento, tendo em vista o que diz respeito ao artigo 4º do presente projeto de lei, uma vez que o mesmo visa à abertura de créditos adicionais ao orçamento.

Ora verificamos que deve a abertura de crédito observar os limites, devendo o autor fazer referência expressa ao que diz respeito a observância legal aqui referida.

Os créditos adicionais referentes ao projeto de lei em questão serão destinados à construção, restauração, recuperação, conservação, obras e serviços complementares, fiscalização e elaboração de projetos de engenharia necessárias à execução do presente.

Analisando os requisitos exigidos para tal propositura, verifica-se que o referido projeto encontra os respaldos legais diante de tal que podemos verificar sua legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto encontra óbice no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso)

O projeto de lei em tela estabelece, em seu artigo 5º, que devem ser “revogadas as disposições em contrário”, sendo portanto revestido de ilegalidade.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, observando que para tanto deve-se estar em conformidade com a emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 688/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º, altera-se o presente projeto de lei, passando a constar o seguinte texto:

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir da data de

sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.10.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 688/07

P A R E C E R :

De acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue: o presente projeto de lei busca autorizar a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no exercício de 2007, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Calha dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais atinentes ao tema. Ainda mais, já houve parecer favorável exarado pela Comissão de Orçamento, atestando porquanto o respeito aos aspectos condizentes com o viés econômico, em sentido orçamentário.

Pois bem, neste passo se discute sobre a impactação financeira e economia desta propositura para os cofres estaduais. Acerca disso, cumpre dizer que está sendo realizada apenas uma transferência, um deslocamento de numerário do DETRAN-PR para o DER-PR. Disto, há que se deduzir que não ocorre redução ou modificação substancial, de modo a afetar a economia paranaense, a partir de uma análise calcada em critérios financeiros apenas.

Prosseguindo e por técnica de análise, necessário se ressaltar que lei alguma está sendo desrespeitada por este projeto. Leia-se aqui, dentre outras e a mais importante, que a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo respeitada em todos os seus artigos, até mesmo porque esta, disciplina de modo direto e mais, proíbe atitudes que possam prejudicar as finanças das pessoas jurídicas de direito público.

Vencida a análise técnica, restrita que está aos ditames regimentais desta Casa de Leis, o Relator entende que são cabíveis certas aceções sobre a propositura em si mesma. Notou-se que a intenção advinda do Poder Executivo é de transferir montante de 25 milhões de reais do DETRAN para o DER, é sabido que o DETRAN tem como fonte de receitas, dentre outras, a arrecadação de valores referentes à multas, como também concernentes as taxas cobradas por tal pessoa jurídica. Isto tende a demonstrar o excesso de arrecadação por parte do DETRAN, porque se existe sobra de R\$ 25 milhões, que podem ser transferidos ao DER, está a se mostrar que o superávit institucional é demasiado. E cabe relembrar que se está na seara do direito administrativo, que trata da coisa pública, da responsabilidade da administração com o dinheiro público. Ainda na mesma trilha, não deve, para o favorecimento do interesse público, haver exação de grau tão elevado que posso fazer de órgão notadamente positivo em seus balanços um mero reorganizador

de contas de órgão porventura deficitário, na estrutura disposta no Poder Executivo.

Face ao exposto e respeitando os princípios constitucionais é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 31.10.07.
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 688/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo de mensagem do Poder Executivo nº 041/07, autoriza a transferência de recursos provenientes da arrecadação do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável para a mesma.

Chamada esta Comissão de Orçamento a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, a mesma acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão.

Os recursos ora propostos são provenientes da fonte 250 - Diretamente Arrecadadas - "Recursos Próprios do Departamento de Trânsito do Paraná". Estes recursos que deverão ser transferidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, ficam excluídos da exigência contida no artigo 6º da Lei Estadual nº 7811 de 29 de dezembro de 1983.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim os critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.07.
(aa) BETI PAVIN - Presidente
WALDYR PUGLIESI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 3283, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão.

Em votação o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, este é um projeto extremamente importante porque é a transferência, a alocação de recursos para obras que estão em execução no DER, nos pro-

gramas que envolvem DETRAN-DER e são muito importantes. Esse projeto já está há muito tempo tramitando por esta Casa e por isso é necessário que possamos votar ainda nesta tarde.

Peço aos Deputados o apoio para que possamos votar ainda hoje esse projeto, então pela rejeição do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o proponente do requerimento não está presente, por isso o Deputado Reni vai fazer o encaminhamento do requerimento. Nós também nos posicionamos favoráveis ao requerimento do Deputado Carli. O que o requerimento do Deputado Carli quer? Ele pede apenas adiamento da votação desse projeto para que cheguem as informações que ele requereu no dia de ontem. Nada de extraordinário, apenas um processo normal de transparência e de informação para os Parlamentares.

Por essa razão, acho que seria importante que o Líder do Governo acatasse o requerimento do Deputado Carli e adiássemos a votação por uma Sessão. Aí chegam as informações, apressa-se a informação, o Deputado Romanelli tem todas as condições de trazer essas informações e nós votamos normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em que pese o encaminhamento feito pelo Deputado Rossoni, o Deputado Reni pode encaminhar normalmente também.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o pedido do Deputado Ribas Carli tem o único escopo de pedir informações que devem vir a esta Casa, sim, porque concomitante a esta transferência de 25 milhões do DETRAN para o DER, para construção de rodovias, esperamos que seja para a construção de rodovias. Não diz para quê é. Aliás, isso pode ser tema de algumas emendas, inclusive de Deputados da base aliada, que querem saber para onde está indo esse dinheiro. Porque esse dinheiro, somado aos 50 milhões do 1º semestre, são 75 milhões. Em uma informação, recentemente chegada do DETRAN, diz que 90% da arrecadação do DETRAN é oriundo de taxas. O Deputado Ribas Carli quer saber de que taxas que está sobrando tanto dinheiro, porque concomitante a esta mensagem tem outra pedindo aumento das taxas do DETRAN. Não adianta votarmos o remanejamento de 25 milhões que está sobrando no caixa, se na semana que vem estaremos votando o aumento das taxas dizendo que está faltando dinheiro no DETRAN.

A pergunta que o Deputado Ribas Carli fez é uma pergunta que todos os Deputados deveriam estar se fazendo para que possamos ter convicção na hora de votar a transferência quanto o aumento da taxa que deverá ser votado na semana que vem. Acho que seria de bom alvitre, Deputado Romanelli, suspender por uma Sessão, para que pudéssemos ter as explicações e a votação com convicção por parte dos 54 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados.

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. Quinze Srs. Deputados aprovam.

Está rejeitado o requerimento.

Vai se proceder a votação do item 6 da pauta.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O item 6 da pauta visa a transferência de recursos da ordem de R\$ 25 milhões do DETRAN para a Secretaria dos Transportes, ou seja, para o DER. Isso mostra claramente que o DETRAN do Paraná tem uma receita expressiva. O Deputado Reni Pereira, no projeto que antecedeu a este, fez menção a um projeto que está para ser votado, que visa aumentar os tributos do DETRAN, as taxas. Ora, isso nos faz lembrar, vai dar para fazer um paralelo do DETRAN do Paraná com a CPMF. O DETRAN tem recursos suficientes, nós já votamos aqui e vou pedir à minha assessoria que faça um levantamento dos últimos 3 anos dos recursos que foram transferidos do DETRAN para as outras Secretarias. Com certeza vamos chegar a alguns números que possam, de repente, até assustar os Parlamentares, de tão alta que é a receita do DETRAN no estado do Paraná.

Para terem uma idéia, o meu carro que está à disposição do gabinete foi multado esses dias porque a placa não estava legível. Sr. Presidente, o meu carro, do Elio Lino Rusch, um Fiat Pálio, foi multado pelo DETRAN porque a placa não estava legível. Fotografei para ver e está legível porque dá para ver o número, dá para ver letra, dá para ver tudo e a multa foi aplicada. Não aconteceu com alguém, mas aconteceu com o meu carro! Parece que o DETRAN, hoje, virou uma fábrica de multa. É uma fábrica de multa, como tinha em Curitiba uma fábrica de multa que eram os radares. Não é possível que o Governo do Estado aceite esse tipo de fiscalização e com um agravante, transferindo R\$ 25 milhões do DETRAN para a Secretaria dos Transportes. É dinheiro que está sobrando no DETRAN e já se fala em aumentar as taxas do DETRAN. Dá para entender isso?

É disso que falo no paralelo com a CPMF. E não vou fugir do assunto, porque estou fazendo um paralelo do DETRAN no Paraná com a CPMF do Governo Federal. A CPMF este ano vai arrecadar em torno de R\$ 40 bilhões. O que é o Poder Público, seja Governo Federal, Governo Estadual ou municípios? Ora, não preciso explicar, porque todos nós sabemos! Nós estamos prestes a votar o orçamento do ano que vem e o Governo estima a

receita e fixa a despesa. O Governo Federal, no ano passado, estimou a receita deste ano e fixou a despesa, sendo que essa receita que foi estimada vai ter um excesso, um superávit de R\$ 60 bilhões. Ora, se eles arrecadassem só aquilo que tinha sido estimado, tudo bem, porque a CPMF faria falta, mas, ele vai arrecadar R\$ 60 bilhões acima, o que quer dizer que se você tirar toda a CPMF, ainda sobra R\$ 20 bilhões para o Governo Federal em cima da estimativa. E o que estamos votando aqui na Paraná? Estamos votando a transferência de recursos do DETRAN para uma Secretaria do Governo do Estado. São R\$ 25 milhões. E diga-se de passagem que as estradas estão precárias, principalmente na minha região, pois lá no extremo oeste está precária a situação.

Por essa razão, não tenho como votar contra o projeto. Vou votar favorável, mas é engraçado como tem dinheiro sobrando no DETRAN e transfere-se o dinheiro do DETRAN, que poderia ser aplicado na melhoria da sinalização das nossas cidades e fala-se em aumento de taxas do DETRAN. Isso é juntinho: Lula e Requião. É o Governador das 5 vogais e o Presidente das duas vogais. É o Governador das 5 vogais criando novas taxas para o DETRAN, quando tem dinheiro sobrando.

Por essa razão, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Voto a favor desse projeto, porque ele é importante, primeiro porque tenho visto que no Governo anterior se retirou muito dinheiro do DETRAN e ninguém sabe onde está, tanto é que vi o Deputado Romanelli com uma CPI que está sendo protocolada, uma CPI que está no forno, que é a CPI do DETRAN, para ver para onde foi o dinheiro do DETRAN. Pediram para eu assinar, mas eu não assino mais CPI, porque isso não dá em nada e vira tudo em pizza. Depois daquela do museu que foi lá para o Ministério Público e ninguém sabe o que tem, então não serve para nada. Então, não assino nem a favor e nem contra. E depois também, assinar CPI para quê, se vêm as contas do Lerner e do Requião aqui e todo mundo vota a favor, porque Oposição e Situação se unem, fazem um acordo e todo mundo vota a favor das contas erradas dos dois e dá tudo certo. Não tem o que fazer! Está de parabéns todo mundo!

Mas, enfim, vou votar a favor, porque o dinheiro que vai vir do DETRAN vai ajudar a melhorar as rodovias do Paraná. O Deputado Elio Rusch tem toda razão, pois estive agora em Santa Helena e naquela região, e realmente as nossas estradas lá precisam de um pouco mais de dinheiro. Por isso é importante, Deputado Elio Rusch, que tenha dinheiro, tenha arrecadação para podermos fazer as obras do interior. É importante, porque o Governo sem dinheiro não pode fazer as obras.

Então, sou a favor que o dinheiro que está sobrando em algum lugar venha para o lugar que está faltando. E o Governo do Estado, agora mesmo vi o Governador Requião dizendo que tem problemas também, que vão investigar de novo o DETRAN, então antes que alguém pegue o dinheiro do DETRAN, vamos trazer lá para o Tizzot, como foi dado ao nosso querido Waldyr Pugliesi, que fez um belo trabalho, que pegou o dinheiro do DETRAN lá e fez uma maravilha. Eu pelo menos sou agradecido a V. Exa., porque não existe nenhuma estrada nos campos gerais que não foi recapeada. Não existe nenhuma! Se alguém falar aqui é porque não conhece os campos gerais. A região de Ponta Grossa, todas as cidades ligadas a Ponta Grossa foi feito recapeamento.

Então, sou a favor que o dinheiro do DETRAN, antes que alguém pegue lá e se aproprie indevidamente, que venha para as mãos do Tizzot, que é um cara sério, que vai fazer as estradas que precisam ser feitas, como fez o nosso querido Waldyr Pugliesi.

Por isso, de acordo com determinação do nosso querido Romanelli, sou a favor.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, já que todo mundo está encaminhando a favor, vou encaminhar em nome do bloco e vamos votar contra. Não contra o remanejamento do dinheiro, mas contra a falta de esclarecimento, porque agora é moda e todo mundo pegou a carona da negociação do pedágio, e acho que mais vergonhoso do que cobrar uma taxa abusiva do pedágio de quem usa as rodovias, é cobrar, Deputado Jocelito Canto, V. Exa. que lá na Garagem da Esperança diariamente oferece empregos e aquele pobre coitado que, na esperança de ganhar um emprego, vai fazer o currículo e lá tem um espaço para a Carteira Nacional de Habilitação e ele acha que aquilo seria um requisito e arruma dinheiro emprestado.

E o pedágio indireto que está sendo cobrado no estado do Paraná é mais vergonhoso ainda do que a taxa abusiva do pedágio, porque não adianta construir rodovia nos campos gerais, essas que estão sendo construídas com dinheiro do DETRAN, cobrando indiretamente daquelas pessoas que se socorrem ao serviço do DETRAN por necessidade. Hoje, o requisito de ter uma carteira de habilitação, da renovação e de tantas outras taxas que são cobradas pelo DETRAN, diga-se de passagem que desproporcionalmente, faz com que tenhamos um pedágio indireto em tantas estradas que são utilizadas por usuários de carros, sendo que quem paga por isso, provavelmente nem durante a vida toda não vai conseguir comprar um carro.

Eu conversava com o Deputado Tadeu Veneri aqui e ele me lembrava: quanto tempo faz que não vemos uma campanha educativa do DETRAN? Talvez desses 25 milhões, segurasse uns 500 mil para uma campanha edu-

cativa, nós pouparíamos algumas vidas que são ceifadas em acidentes nas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Os Deputado que aprovam o item 06 da pauta permaneçam como estão.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 707/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Transito do Paraná - DETRAN/PR. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 123/07, de 02/10/07, em Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 707/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo autorizar ao Poder Executivo a criação do Fundo Rotativo, junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN.

Legitimidade

O presente tem por objeto atender o preceito constitucional, dentro da área de direito público ou administrativo, da eficiência da prestação de serviço público. Isso se dá, de acordo com a interpretação do artigo 37, da Constituição Federal, a saber:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

Corolário se faz observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca da administração pública já estão balizados por um regime jurídico diferenciado, que prima pela necessidade de um atendimento eficaz à população.

Antes de adentrarmos realmente a uma análise específica do presente projeto de lei, devemos observar alguns preceitos do direito administrativo, em que o mesmo se justifica, o qual nos ajudará numa melhor elucidação para alcançarmos uma conclusão imparcial acerca da matéria.

Dentro deste paradigma incumbe-nos fazer menção ao sentido da eficiência administrativa segundo ilustre doutrinador Hely Lopes Meirelles, o qual ensina:

“O princípio da eficiência, exige que a atividade administrativa seja prestada com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendi-

mento das necessidades da comunidade e de seus membros¹”.

Destarte o retro transcrito, podemos interpretar que a eficiência do serviço público está pautada no modo de atuação do agente público, bem como em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, se objetivando o melhor resultado ante a prestação do serviço público.

Todavia, não se deve deixar de indagar que a eficiência deve total observância às normas constitucionais e infraconstitucionais, sobre tal tema podemos nos pautar nas lições de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que assim nos faz saber:

“Não há dúvida de que a eficiência é um princípio que não se deve subestimar na administração de um estado de direito, pois o que importa aos cidadãos é que os serviços públicos sejam prestados adequadamente. Daí o fato de a Constituição o situar no topo dos princípios que devem conduzir a função administrativa dos interesses gerais. Entretanto, a eficácia que a Constituição exige da administração não deve se confundir com a eficiência das organizações privadas nem é, tampouco, um valor absoluto diante dos demais. Agora, o princípio da legalidade deve ficar resguardado, porque a eficácia que a Constituição propõe é sempre suscetível de ser alcançada conforme o ordenamento jurídico, e em nenhum caso lubrifiando este último, que haverá de ser modificado quando sua inadequação às necessidades presentes constitua um obstáculo para a gestão eficaz dos interesses gerais, porém nunca poderá se justificar a atuação administrativa em contrário ao direito, por mais que possa ser elogiado nos termos de pura eficiência”.²

Eis aí o ponto que gostaríamos de alcançar, vejamos que o doutrina é bem clara no intuito de alcançar a eficiência na prestação do serviço público, não se deve inobservar a legalidade exigida para tanto, ou seja, se há por parte da administração pública interesse de tomar medidas a fim de executar o disposto na Constituição Republicana, deve ele se ater à legalidade do seu ato.

A partir de tal posicionamento, vejamos que o presente projeto está em acordo com os preceitos constitucionais, bem como exigências trazidas pelas normas da administração pública quanto a legalidade de seu ato, pois para instituição e execução do Fundo Rotativo do Departamento de Trânsito do Paraná, faz por meio de autorização legal.

A iniciativa do autor se faz justificada tendo em vista as grandes dimensões geográficas do estado, bem como uma redução de documentos de praxe que visam a manutenção da estrutura das Circunscrições Regionais de Trânsito - CIRETRAN.

1. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª Edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2007.

2. DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo. 20ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

Quanto à competência para deflagrar processo legislativo sobre a matéria abordada, a Constituição do Estado do Paraná postula:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgão da administração pública indireta; (Grifo nosso)

No que concerne à competência legislativa, irrefutável a legitimidade estadual para propor tal medida, uma vez que trata de criação de cargo, cuja autoria partiu do próprio Executivo, estando, portanto, conforme os ditames constitucionais expressos na nossa Carta Constitucional, dentro do escopo de atribuições deste ente federativo.

Dentro deste mesmo paradigma, tendo em vista muito bem ter observado o autor a ressalva do texto constitucional estadual, no que se refere a devida autorização desta augusta Casa de Leis para o fim almejado.

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca de matéria relacionada.

Ainda se houvesse questionamento acerca do que diz respeito ao orçamento, vejamos que conforme pode se verificar da leitura do presente, não há que se falar em despesas do DETRAN oriundas da criação do fundo rotativo. Muito pelo contrário, vejamos que o órgão já possui dotação programada para execução de tal tipo de fundo.

Não há que se falar, portanto, da apresentação de um orçamento próprio, ou até mesmo de planilha que demonstre o impacto financeiro que a instituição do rotativo criaria, além do que, deverá o administrador apresentar prestação de contas à coordenadoria financeira do DETRAN, e, por conseguinte, as mesmas serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado para devida apreciação.

Atendo-se, então, à constitucionalidade tanto na competência de seu autor com relação à matéria, quanto na legalidade em face da observância dos preceitos legais, e ainda, devendo se ater à devida observância das normas acerca do: suporte orçamentário e financeiro; liberação; execução e prestação de contas do órgão, se conclui na admissibilidade do presente projeto de lei.

Quanto à técnica legislativa, o projeto encontra óbice no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (Grifo nosso)

O projeto de lei em tela estabelece, em seu artigo 5º, que devem ser “revogadas as disposições em contrário”, sendo portanto revestido de ilegalidade.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a sua constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta, revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação do presente projeto de lei, observando que para tanto deve-se estar em conformidade com a emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 707/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º, altera-se o presente projeto de lei, passando a constar o seguinte texto:

“Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 23.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 707/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 707/07, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre autorização para a criação do Fundo Rotativo do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná - DETRAN.

Trata-se de proposição em conformidade com os preceitos legais, tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a medida contará com suporte financeiro dentro das dotações orçamentárias do Órgão, concluindo que o Fundo a ser instituído beneficiará as CIRETRANs e Postos de Trânsito, no tocante a sua operacionalização, reduzindo a burocracia com respeito à liberação de recursos visando o pagamento de despesas como materiais de consumo, combustíveis e serviços de terceiros, resultando em celeridade e eficiência na resolução de problemas de apoio administrativo e logístico das unidades de trânsito.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.10.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, amanhã na sala das comissões, a partir das 09h30, teremos uma Audiência com o Presidente da TECPAR, Sr. Mariano Macedo, que estará sendo sabatinado pelos Deputados da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3258, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Do Deputado Ribas Carli, requer seja enviado expediente ao DETRAN. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já está com a sua discussão adiada.

Em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimentos nºs 3261 a 3265, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3271, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3272, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3274 e 3275, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3276, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3273, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Comissão Executiva.

Requerimento nº 3282, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Requerimento nº 3278, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 618 e 662/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 677,688 e 707/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 215/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 021, 022, 027/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2143/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8134/07, de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a REGINA DA SILVA PALOTA, matrícula nº 40372, portadora do RG nº 1.384.453-4 PR e CPF nº 921.626.149-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, lotada na Diretoria Legislativa, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3º, parágrafo 1º, da Emenda Constitucional nº 041, de 31 de dezembro de 2003, a partir do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2144/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10599, de 16 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar a exclusão do desconto do Imposto de Renda, retido na fonte dos proventos de inatividade do ex-Parlamentar, FABIANO BRAGA CORTES, matrícula nº 50030,

com prazo de validade da isenção até 17 de julho de 2012, por se tratar de moléstia possível de controle conforme despacho de isenção de Imposto de Renda da Paraná Previdência, datado de 17 de setembro de 2007 e Laudo medido nº 080/07 desta Casa, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 30, da Lei Federal nº 9250/95 e artigo 5º da Instrução Normativa nº 15/01, da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2145/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10281, de 08 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARTA ALVES DE FREITAS, matrícula nº 40330, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-03, lotada na Coordenadoria de Expediente, três meses de licença especial, por não haver se afastado de exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 05.11.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portaria

PORTARIA Nº 243/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8134, datado de 09 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar, anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de REGINA DA SILVA PALOTA, matrícula nº 40327, portadora do RG nº 1.384.453-4 PR e do CPF nº 921.626.149-87, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, lotada na Diretoria Legislativa, os tempos na certidão do INSS, em que prestou serviços a: Metropolitana Limpeza e Conservação Ltda, por sete (07) dias, período de 02 de junho de 1976 a

08 de junho de 1976; Orbram e Brambilla Ltda, por cinco (05) anos, um (01) mês e catorze (14) dias, período de 12 de julho de 1976 a 25 de agosto de 1981; Nacional Limpeza e Conservação, por dois (02) anos e seis (06) meses, período de 01 de setembro de 1981 a 29 de fevereiro de 1984; Demeterco e Cia Ltda, por oito (08) meses e dois (02) dias, período de 29 de maio de 1973 a 30 de janeiro de 1974; Empar - Empresa Paranaense Limp.e Conserv. Ltda, por um (01) mês e dezenove (19) dias, período de 05 de março de 1974 a 23 de abril de 1974; Empar - Empresa Paranaense Limp. e Conserv. Ltda., por dez (10) meses e dezenove (19) dias, período de 05 de junho de 1974 a 23 de abril de 1975; Empar - Empresa Paranaense Limp. e Conserv. Ltda, por um (01) mês e dois (02) dias, período de 27 de abril de 1976 a 28 de maio de 1976, perfazendo o tempo de nove (09) anos, cinco (05) meses e vinte e três (23) dias de contribuição, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 244/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10907, datado de 25 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ARTHUR BONATO, matrícula nº 40306, de quinze (15) dias, a partir de 25 de outubro de 2007. CID X H 40.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 246/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10905, datado de 25 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar, anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de MIRLON JOSE CAVALLARI, matrícula nº 40195, portador do RG nº 943.380.5-PR e do CPF nº 317.751.289-20, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 30 de março de 1983, lotado no Setor de Patrimônio, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, nível NUD-03, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 30 de março de 1993 a 30 de março de 1997, antecipado em virtude da incorporação do decênio anterior, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do

artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 247/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10710, datado de 18 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Mandar, anotar, na ficha funcional de TADEU LÚCIO MACHADO, matrícula nº 41219, portador do RG nº 108.709.9-PR e do CPF nº 210.888.539-00, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-03, os apontamentos constantes em sua ficha funcional antiga, as fls. 04 e 05, e os dados constantes em certidão desta Casa, fls. 03, sobre os períodos em que exerceu mandato de Deputado Estadual durante as Legislativas: 9ª Legislatura, período de 1º de janeiro de 1979 a 31 de janeiro de 1983; 10ª Legislatura, período de 1º de fevereiro de 1983 a 31 de janeiro de 1987, e 11ª Legislatura, período de 1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1991.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.11.2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 245/07 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 15339 de 22 de dezembro de 2006 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
33903600	2000	100	9.174.360,00
33903700	2000	100	700.000,00
33904300	2000	100	4.946.530,00
44905100	2000	100	337.110,00
44905200	2000	100	462.000,00
44909200	2000	100	410.740,00
			16.030.740,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900300	9000	100	1.900.000,00
31901100	2000	100	10.500.000,00
31901300	2000	100	1.000.000,00
33903900	2000	100	2.630.740,00
			16.030.740,00

Gabinete da Diretoria Geral, 05.11.2007.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, na sala das reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel e com as presenças dos Deputados Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Felipe Lucas, Luiz Nishimori, Valdir Rossoni, Dobrandino da Silva, Luiz Claudio Romanelli e o convidado Sr. Carlos Artur Passos, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade-IBQP. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, quando foi realizado um amplo debate sobre os trabalhos realizados pelo IBQP no estado do Paraná, conforme notas taquigráficas. Em seguida foi colocada em votação a convocação do Sr. Mariano de Matos Macedo, Diretor-Presidente da TECPAR e, também, o envio de expediente ao Sr. Carlos Artur Passos, Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade - IBQP, solicitando relatório sobre os trabalhos realizados, a forma de prestação de contas e os manuais elaborados pelo instituto. Aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais parte constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário